

Diário Oficial do

MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO • BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URANDI

IMPRENSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.



Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;





QUINTA•FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2019 ANO VI | N º 1647

RESUMO

DECRETOS

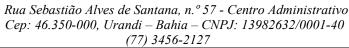
 DECRETO №. MU-021/2019, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019 - APROVA O PLANO SETORIAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO VISANDO A GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE URANDI, BAHIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONTRATOS

- EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO №133/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 054/2019 DISPENSA № 023/2019 CONTRATADA-REFORMAR CONSTRUÇÕES LTDA.
- EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2019 DISPENSA Nº 024/2019 CONTRATADA:CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SERTÃO CDS-ALTO SERTÃO.

RETIFICAÇÃO

 \circ TERMO DE RETIFICAÇÃO - ATA Nº 06 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 023/2019-SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 040/2019





DECRETO N°. MU-021/2019, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

"APROVA O PLANO SETORIAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO VISANDO A GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE URANDI, BAHIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URANDI, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que sanciona o seguinte Decreto:

Art. 1° - Fica aprovado por este Decreto o Plano Setorial de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, nos termos do Anexo Único, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para a gestão e execução dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, no município de Urandi, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº. 11.445/2007 e na Lei Estadual nº. 11.172/2008.

Parágrafo Único – O executivo municipal, bem como os responsáveis listados no Plano Setorial, deverão cumprir com suas responsabilidades e atender ao planejamento estabelecido conforme metas de curto, médio e longo prazo para universalização dos serviços públicos de Saneamento Básico.

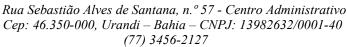
Art. 2º - O Plano Setorial de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, instituído por este Decreto, será avaliado anualmente e revisado no mínimo a cada quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Parágrafo Único – O Poder Executivo Municipal deverá elaborar a proposta de Revisão do Plano Setorial de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, devendo constar as alterações, caso necessárias, à atualização e à consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 3º - A proposta de revisão do Plano Setorial de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário deverá ser elaborada em articulação com as prestadoras dos Serviços Públicos e estar em compatibilidade com as diretrizes, metas e objetivos:

I – das Políticas Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio







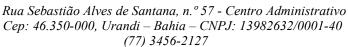
Ambiente;

- II dos Planos Estaduais de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos.
- § 1º A revisão do Plano Setorial de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário deverá estar em compatibilidade com as diretrizes dos planos das Bacias Hidrográficas em que estiver inserido;
- § 2° O Poder Executivo Municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá solicitar cooperação técnica do Estado da Bahia.
- Art. 4° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Urandi, Bahia, em 11 de setembro de 2019.

Dorival Barbosa do Carmo Prefeito Municipal







Anexo Único

Plano Setorial de Saneamento Básico

Município Urandi

Componentes Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário







Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127



Município de Urandi Prefeito Dorival Barbosa do Carmo

Secretaria Municipal de Finanças Geraldo Dias de Santana

Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Infraestrutura **Orestes Maciel Públio**

> Secretaria Municipal de Meio Ambiente João Ezequiel Filho

Secretaria Municipal de Assistência Social Rosimeire Silva Souza

Secretaria Municipal de Agricultura Sebastião Roberto Câmara

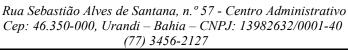
Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer Gildilene Pedro Rodrigues

> Secretaria Municipal de Saúde Péricles Tiago Leal Luz Públio

Secretaria Municipal de Administração Sidelsino Marinho de Souza

Comitê Executivo Representantes da Prefeitura João Ezequiel Filho **Presidente**



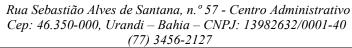




ÍNDICE

1. Considerações Iniciais	6
2. Diagnóstico do Município	8
2.1 Dados Gerais	
2.2 Localização	
2.3 Aspectos Geográficos	
2.4 Bacia Hidrográfica	
2.4.1 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	
2.4.2. Bacia Hidrografica do Nio Sao Francisco	
2.5 Indicadores Sócio Econômicos	
2.6 Indicadores de Saúde	13
2.7 Qualidade da Água Distribuída para a População	
2.7 Qualidade da Agua Distribuida para a População	10
2.8 Características do Atual Sistema de Abastecimento de Água	17
2.9. Diagnostico dos Sistemas de Abastecimento de Água	
2.9.1. Diagnóstico do Serviço Público de Esgotamento Sanitário	20
2.9.2. Diagnóstico dos Sistemas de Abastecimento de Água na Zona Rural	
2.9.3. Diagnóstico da Operação do Sistema de Esgotamento Sanitário	
2.10. Características do Sistema de Esgotamento Sanitário	
2.11. Projeção Demográfica Regional e Municipal	
2.11.1 Projeção das Vazões de Água e de Esgotos	
2.11.2 Projeção de Vazão de Água e Esgotos	33
3. Objetivos e Metas de Curto, Médio e Longos Prazos para o Serviço Público de Abastecimento de Água.	
3.1 As Metas para a Universalização dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água	36
3.2. Objetivos e Metas de Curto, Médio e Longo Prazo para o Sistema de Esgotame	nto
Sanitário	
3.3. Plano de Obras de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	
3.4. Plano de Obras de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	
4. Investimentos	
4.1. Plano de Investimentos em Melhoria Operacional e Manutenção dos Sistemas .	41
4.2. Estimativa de Gastos e Investimentos dos Projetos - Abastecimento de Água	41
4.3 Estimativa de Gastos e Investimentos dos Projetos Esgotamento Sanitário	
, C	
5 Fontes de Financiamentos	42
6 Ações de Emergência e Contingência	43
6.1 Combates e Ações em Relação à Rede de Distribuição de Água	45
6.2 Combates e Ações em relação ao Sistema de Esgotamento Sanitário	
7. Plano de Ação para os Sistemas de Abastecimento de Água Potável e Coleta d	os
Esgotos Sanitários	49
7.1Defesa Civil	
B. Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência e das Ações Programadas	
9. Conclusão	53
Defevências Bibliográficas	EE







1. Considerações Iniciais

O Município de Urandi, por meio do seu corpo Técnico de suas Secretarias Municipais, elaborou o Plano Municipal de Saneamento Básico/Componentes Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário que apresenta a situação atual do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, contendo o diagnóstico situacional dos aspectos jurídico institucionais, administrativos, econômicos e sociais da prestação desses serviços, aspectos estruturais, operacionais e de planejamento, bem como a elaboração dos prognósticos e análise de alternativas para a melhoria da gestão dos serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, incluindo a definição das diretrizes, dos objetivos e das metas para a universalização destes serviços no Município.

O primeiro registro de Saneamento no Brasil ocorreu em 1561, quando o fundador Estácio de Sá mandou escavar o primeiro poço para abastecer o Rio de Janeiro. Na capital, o primeiro chafariz foi construído em 1744. No período colonial, ações de saneamento eram feitas de forma individual, resumindo-se à drenagem de terrenos e instalação de chafarizes.

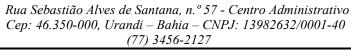
Durante a história do Saneamento no Brasil existiram fatores que dificultaram o progresso ao longo dos anos. Podemos citar alguns obstáculos que impediram (e ainda impedem) que o desenvolvimento dessa área não tenha atingido crescimento expressivo durante esse período, são eles:

- A falta de planejamento adequado;
- O volume insuficiente de investimentos;
- Deficiência na gestão das companhias de saneamento;
- A baixa qualidade técnica dos projetos e a dificuldade para obter financiamentos e licenças para as obras.

A partir dos anos 1940, se iniciou a comercialização dos Serviços de Saneamento. Surgem então as autarquias e mecanismos de financiamento para o abastecimento de água, com influência do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), hoje denominada Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Com as transformações oriundas da revolução industrial por meio da formação de uma nova classe social, o proletariado, ocorreu a ocupação das regiões periféricas das cidades, sem o mínimo de estrutura sanitária, que resultaram em diversos problemas de salubridade.

O Saneamento dessa forma pode ser compreendido como o conjunto de condutas destinadas a melhorar as condições de salubridade ambiental, responsáveis por contemplar diversas ações voltadas à melhoria da qualidade da água, tratamento e disposição de resíduos, drenagem de águas pluviais, controle de vetores, ações estas que promovam a cidadania, saúde e bem estar da população. O Plano Municipal de Saneamento Básico contempla de forma segregada os componentes de abastecimento de água e esgotamento





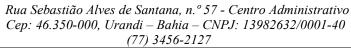
sanitário, ficando para estudo posterior os trabalhos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Respeita-se assim a Lei Nacional de Saneamento Básico – LNSB que permitir sua elaboração em separado.

O Plano Municipal de Saneamento Básico foi elaborado pelo município individualmente e essa responsabilidade não foi delegada. O processo de elaboração desse Plano contou com a participação da comunidade, fator considerado imprescindível para a sua consecução, e por Técnicos do Município. O presente Plano Municipal de Saneamento Básico, Componentes de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, doravante denominado PLANO MUNICIPAL, abrange os Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, sendo elaborado com base em estudos e informações fornecidas pelo IBGE, Órgãos Municipais e Estaduais.

O Plano Setorial de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário tem por objetivo estabelecer o planejamento de ações e projetos de Saneamento de maneira a que esteja em concordância com os princípios norteadores da política nacional e estadual de Saneamento, assegurando recursos que garanta a expansão gradual e progressiva do acesso aos Serviços Públicos de Água e dos Serviços de Esgotamento Sanitário, contribuindo para a promoção da saúde e o desenvolvimento do município.

Os principais estudos utilizados para a elaboração do PLANO SETORIAL DE URANDI foram:

- a) Levantamento de informações fornecidas pelo Município;
- b) Plano de contingência elaborado exclusivamente para o PLANO SETORIAL MUNICIPAL, considerando a continuidade dos serviços de água e esgotamento sanitário por prestador no município;
- c) Dados municipais: IBGE, Comitês de Bacias Hidrográficas regionais, Território de Identidade e Prefeitura Municipal:
- d) Dados da População censo 2010, com estimativas 2018: IBGE;
- e) Qualidade da água fornecida para a população: dados fornecidos pela Secretaria de Saúde de Urandi, relativa à portaria de Consolidação nº 05 de 28/09/2017 Anexo 5 do Ministério da Saúde;
- f) Projeção de População e Domicílios.
- O PLANO SETORIAL MUNICIPAL será utilizado pelo município para:
- a) Acompanhar o Contrato de Prestação de Serviços;
- b) Integrar o Plano de Bacias;
- c) Elaborar Leis, Decretos, Portarias e Normas relativas aos serviços de água e esgotos.
- O PLANO SETORIAL MUNICIPAL deverá ser atualizado a cada 4 anos, ou, quando houver alteração do Plano Diretor Municipal, na implementação de





novos sistemas produtores de água ou na implementação de novas estações de tratamento dos esgotos.

2. Diagnóstico do Município

2.1 Dados Gerais

Segundo se infere da tradição antiga, os primitivos, habitantes do município foram os portugueses, que, penetrando na Região à procura de ouro e de pedras preciosas, fundaram fazendas e núcleos demográficos.

A ocupação do território foi efetuada pelos portugueses que chegaram no município de Urandi à procura de ouro e pedras preciosas, e se estabeleceram em fazendas. Grande parte da população atual tem origem na miscigenação do português com o negro escravo.

"A atual sede do município foi fundada entre os Rios Cachoeira e Raiz, na Fazenda Santa Rita," propriedade do cidadão português António Fernandes Baleeiro, o qual aí residia com seu irmão José Fernandes Baleeiro e alguns escravos, por volta de 1812, data em que se construiu a capela de Santo Antônio.

Tendo sido, pelo proprietário das terras, doada ao Santo Padroeiro uma área aproximadamente 10 hectares destinada à edificação de casas, surgiram de logo as primeiras construções nesse lugar que passou a ter a denominação de "Duas Barras" por se encontrar próximo às barras dos citados rios Raiz e cachoeira.

Vários fatores concorreram para o desenvolvimento da nova povoação. A abundância de água permanente nos dois mananciais oferecia indiscutível vantagem a diversas culturas. A enorme extensão de mata virgem e a vasta extensão de terras devolutas facilitaram a fixação de agricultores vindos de outros municípios que procuraram incentivar a agricultura.

Localizada próxima ao Estado de Minas Gerais, possuía bons meios de escoamento dos produtos agrícolas. Esperançosos grupos de pessoas afluíam para Duas Barras e daí o seu crescimento.

A povoação de Duas Barras foi elevada a freguesia pela Lei Provincial número 1732, de 2 de maio de 1877, com o nome de Santa Rita das Duas Barras, designação esta que foi alterada para Santo António de Duas Barras, por força da Resolução Provincial número 1962, de 10 de junho de 1880.

Mas não foi a povoação em apreço a primeira Sede Municipal. Quando distrito, o atual Território do Município teve a sua sede na localidade de Gentio, povoação fundada pelos Jesuítas e elevada a freguesia com o nome de Nossa Senhora do Rosário do Gentio, pela Resolução Provincial no. 373, de 10 de novembro de 1849.



Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127

A primeira sede municipal, todavia, foi o Arraial Umburanas, antiga aldeia de índios, cuja Capela foi elevada a Freguesia pela Lei Provincial número 1800, de 6 de julho de 1877, com o nome de São Sebastião do Amparo das Umburanas.

Por força da Lei Provincial número 2.661, de 8 de julho de 1889, foi o Arraial elevado a Vila e criado o Município das Umburanas, com Território desmembrado do município de Caetité, dando à sua sede a denominação de Vila Bela das Umburanas.

Essa Lei, porém, em virtude da revolução havida naquela época, que culminou com a queda da Monarquia e no advento da República, não foi aplicada. O que motivou o Ato Estadual de 8 de julho de 1890, assinado pelo então Governador, Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, que criou novamente o município com a mesma denominação de Vila Bela das Umburanas e formado pelos territórios das freguesias de São Sebastião das Umburanas, Nossa Senhora do Rosário do Gentio e Santo António das Duas Barras.

O município foi posto a funcionar em 10 de outubro de 1890. De conformidade com a divisão administrativa do Brasil, concernente a 1911, o município denomina-se Umburanas e subdivide-se em cinco distritos: o da sede e os de Furados, Gentio, Duas Barras e Brejinho das Ametistas.

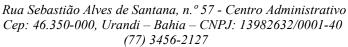
Por força da Lei Estadual número 1.276, de 10 de agosto de 1918, a sede do município foi transferida para a povoação de Duas Barras com a denominação de URANDI, topônimo que passou a designar também o município.

Na divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município e constituído de 4 Distritos: Urandi, furados, São João da Gameleira e Umburanas.

De acordo com as divisões territoriais datadas de 31.12.1936 e 31.12.1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-Lei Estadual número 10.724, de 30 de março de 1938, integram o município em apreço quatro distritos: Urandi, Piedade, São José da Gameleira e Umburanas, verificando-se o mesmo no quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939/1943, estabelecido pelo Decreto Estadual número 11.089, de 30 de novembro de 1938. Nota-se que o nome do terceiro distrito grafava-se, em 1937, São José da Gameleira e, no quadro territorial de 1939/1943, Gameleira, simplesmente.

No quadro territorial vigente em 1944/1948, fixado pelo Decreto Lei Estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943 e retificado pelo Decreto Estadual número 12.978, de 10 de junho de 1944, o município de Urandi, mantém-se com formação Distrital idêntica à consignada no quadro do qüinqüênio precedente, observando-se algumas modificações nos topônimos distritais.

Assim é que Urandi aparece com o distrito do seu nome (sede) e com os de Guirapá (ex-Umburanas), Pindaí (ex-Gameleira) e Tauape (ex-Piedade), constituição essa que permaneceu no quadro territorial para o quinquénio 1954/1958, fixada pela Lei Estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953.



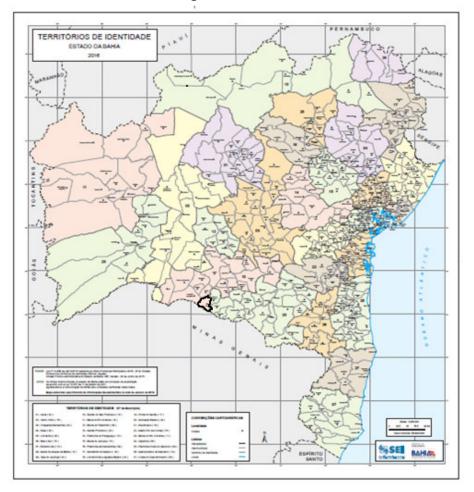


2.2 Localização

O município está situado na Zona Fisiográfica da Serra Geral. Seu território é integralmente abrangido pelo "Polígono das Secas" e faz parte da bacia hidrográfica do São Francisco. Faz limite com os municípios de Pindaí, Espinosa, Sebastião Laranjeiras, Licínio de Almeida e Jacaraci.

Situado a 674 metros de altitude, o município de Urandi tem as seguintes Coordenadas Geográficas: Latitude: 14° 46' 20" Sul, Longitude: 42° 39' 15" Oeste.

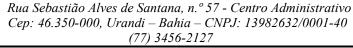
Figura 1- Território de identidade Estado da Bahia, 2016 – Urandi – Bacia do São Francisco e Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande



2.3 Aspectos Geográficos

Observam-se no município os seguintes Acidentes Geográficos:







Serras: Serra das Almas, que serve de limite intermunicipal com o município de Jacaraci, e cujo ponto culminante tem a altitude de 1.100 metros; Serra das Ametistas, com 1.000 metros de altitude, e o Morro do Capitão, situado a noroeste da sede municipal, com a altitude aproximada de 800 metros.

Rios: A região é banhada pelo Rio das Palmeiras, Rio Cachoeira, Rio Raiz, Rio Paiol, Rio Verde e Rio Matam Veados.

Cachoeiras - Há no município três cachoeiras, que ainda não foram aproveitadas: a do Salto, a do Massena e a das Palmeirinhas.

Açudes - Existe um Açude Público, com capacidade para 8.000 metros cúbicos.

ALTITUDE

A altitude da sede municipal é de 637 metros, tomando-se como referência a chapa cravada ao lado direito da escadaria de acesso à porta principal da igreja Matriz. O Conselho Nacional de Geografia encontrou ainda a altitude máxima de 971,966 m, tendo como ponto de referência a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, no cruzamento com a Estrada Urandi-Caculé, rodoviária, a 1,62 quilômetros da ponte sobre o Riacho da Cachoeirinha; e a mínima de 556,907 metros, no trilho da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, no cruzamento com a Rodovia Espinosa-Urandi, a 770 metros além sobre a ponte do Rio Verde Pequeno.

ÁREA

A área do município é de 895,926 quilômetros quadrados.

CLIMA

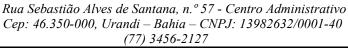
Seu clima é basicamente semi-árido, ou seja, é um tropical quente de seca média e sua vegetação predominante é do tipo cerrado, com modificações locais nas zonas de maiores altitudes e nos vales onde há circulação perene de água. Nas grandes altitudes predominam os arbustos e nos vales irrigados aparecem as matas de galeria ou matas ciliares.

2.4 Bacias Hidrográficas

2.4.1. Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

A Bacia do Rio São Francisco abrange 639.219 Km² de área de drenagem (7,5% do país) e vazão média sw 2.850 m3/s (2% do total do país). O Rio são Francisco tem 2.700 km de extensão e nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais, escoando no sentido sul-norte pela Bahia e Pernambuco, quando altera seu curso para este, chegando ao Oceano Atlântico através da divisa entre Alagoas e Sergipe.







Em toda sua extensão, ele recebe água de 168 afluentes divididos entre as suas margens, esquerda. Possui 36 afluentes de portes significativos e os principais deles são: rio Paraopeba, das Velhas, Abaeté, Jequitaí, Paracatu, Urucuia, Verde Grande, Carinhanha, Corrente e Grande.

Figura 2 - Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco





ttp://www.observatoriodasaguas.org/publicacoes/id743711/governanca_das_aguas_no_brasil__a_aplicacao_da_politica_nacional_de_recursos_hidricos_e_seus_impactos_no_territorio_da_bacia_do_rio_sao_francisco

2.4.2. Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande

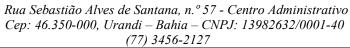
Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande

Área: 31.410 km²

Localização: A Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, localizada entre os paralelos 14020' e 17014'de latitude Sul e meridianos 42030'e 44015'de longitude Oeste, drena uma área aproximada de 30.420 km2, sendo que desse total 87% pertencem a Minas Gerais e o restante, 13%, ao estado da Bahia. Estão inseridos nessa região trinta e cinco municípios, sendo vinte e sete municípios mineiros e oito baianos.

Principais Rios: Rio Gorutuba; Rio da Água Quente; Rio Cana-brava; Ribeirão Boa Vista; Rio do Vieira; Rio da Prata; Rio Juramento; Rio Saracura; Rio Verde Pequeno; Ribeirão Baixa da Mula; Rio Verde Pequeno; Riacho da Macaca; Ribeirão do Poço Triste; Riacho da Mandiroba; Riacho do Aurélio; Córrego Olho d'água; Rio Jacu; Ribeirão Jacu; Rio Tabuleiro; Rio Serra Branca; Córrego Furado Novo; Córrego Bom Jardim; Córrego Veredas das Águas; Rio Arapoim;





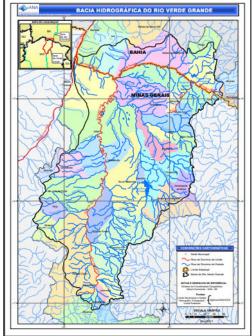


Riacho Salobro; Ribeirão do Ouro; Rio Suçuapara; Rio Jacuí; Rio Barreiras; Rio São Domingos; Rio Quem Quem; Córrego.

Número de Municípios: 35 municípios, sendo 27 mineiros e 8 baianos:

Municípios: Minas Gerais: Montes Claros, Guaraciama, Glaucilândia, Juramento, Francisco Sá, Mirabela, Capitão Enéas, Patis, Bocaiúva, Ibiracatu, São João da Ponte, Janaúba, Porteirinha, Nova Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Pai Pedro, Jaíba, Varzelândia, Verdelândia, Matias Cardoso, Monte Azul, Mato Verde, Catuti, Mamonas, Espinosa, Gameleiras, Bahia: Jacaraci, Sebastião Laranjeiras, Malhada, Urandi, Mortugaba, luiú Palmas do Monte Alto e Pindaí.

Figura 3 - Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande



Fonte: Ana – Agencia Nacional de águas

2.5 Indicadores Socioeconômicos

No Brasil, o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos disseminou-se a partir da segunda metade da década de 1960 para atender ao planejamento das políticas públicas durante os governos militares. A estratégia era produzir informações para acompanhar o desempenho dos programas do Governo Federal e, também, seus desdobramentos para estados e municípios.

Abaixo estão apresentados os principais indicadores socioeconômicos do município de Urandi.



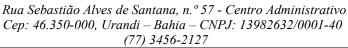
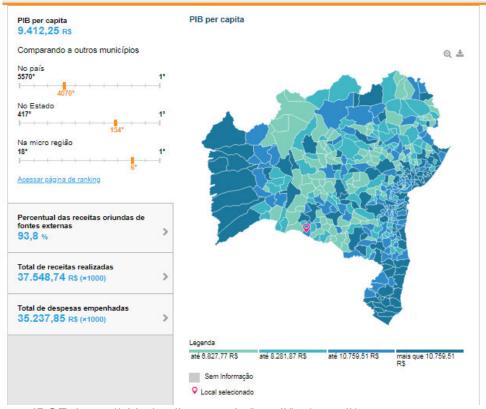




Figura - 4- PIB per capita



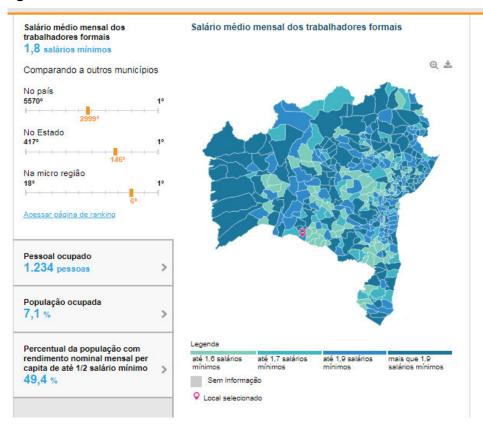
Fonte: IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama



Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127



Figura – 5 – Salário médio mensal dos trabalhadores formais



Fonte: IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama

Trabalho e Rendimento

Em 2017, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 146 de 417 e 219 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2999 de 5570 e 4391 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 49.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 277 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1511 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

2.6 Indicadores de Saúde

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 19.32 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarréias são de 1.7 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 124 de 417 e 176 de 417, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1195 de 5570 e 1738 de 5570, respectivamente.

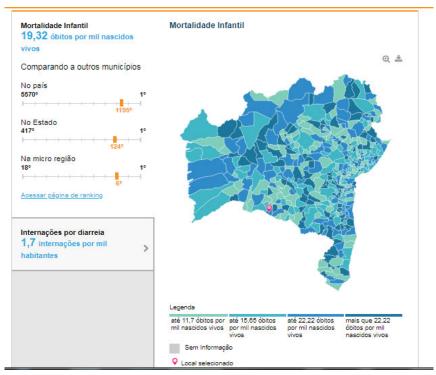
unicet



MUNICÍPIO DE URANDI

Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127

Figura - 6 - Mortalidade infantil



Fonte: IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/panorama

2.7 Qualidade da Água Distribuída para a População

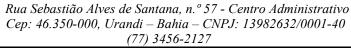
A qualidade da Água Distribuída para a População deve atender a legislação específica estabelecida pela União e pelo Estado da Bahia referente à qualidade da água que trata e distribui à população, citadas a seguir:

- Portaria de Consolidação nº 05 de 28/09/2017 Anexo 5 do Ministério da Saúde;
- Decreto Federal 5.440, de 04 de maio de 2005.

Além das informações da conta, são disponibilizadas as informações através do SNIS (Nacional), além da disponibilização, quando solicitado, ao município, proporcionando as autoridades municipais o acompanhamento da qualidade do produto disponibilizado.

Cabe ressaltar que essas análises acontecem apenas nas redes de distribuição, sendo que outras análises são realizadas também na estação de tratamento e, por se tratar de um sistema integrado, não foram aqui relacionadas.







O prognóstico técnico propõe a manutenção do controle da qualidade da água distribuída atualmente, que deve ser atualizado ao longo do tempo com eventuais alterações nas legislações.

2.8 Características do Atual Sistema de Abastecimento de Água

O município de Urandi é abastecido pelo Sistema a partir da Barragem do Rio Raiz. A estrutura principal do Sistema em Urandi/BA é composta por uma captação superficial de água bruta através de tomada direta na Barragem do Rio Raiz em Urandi/BA, por meio de Gravidade.

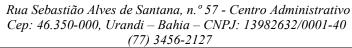
A Estação de Tratamento de Água em Urandi/BA é do tipo convencional (floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação), tem capacidade para tratar 80% da água fornecida para consumo humano.

A distribuição na sede de Urandi é realizada através de 1 reservatório elevado de distribuição (RED) de 150 m³ (metros cúbicos), além da distribuição diretamente da Adutora de Água Tratada do Sistema. Atendendo na totalidade da sede e localidades na zona rural (carro pipa) ao longo desta adutora.

Figura 7 - Área de abrangência do Sistema de Abastecimento de Água da Sede; tratada pela empresa contratada.









2.9. DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Pela característica do município, o abastecimento de Água é proveniente predominantemente do manancial de superfície.

Para o abastecimento da cidade e grande parte dos povoados o município utiliza a Água da Barragem implantada no Rio Raiz com uma capacidade de armazenamentos de 10.120m3.

A distribuição da água para a Sede do Município é feita por Rede de Distribuição, enquanto que para os povoados, é feita através de Caminhão Pipa. Ressalte-se que o Abastecimento para os Povoados se restringe a consumo humano e preparo da alimentação. Para os outros consumos menos nobres, estes povoados utilizam águas "disponíveis" na região.

O Sistema Raiz conta com:

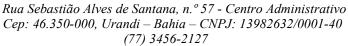
- · Captação:
- Canal de Água bruta ligando a captação e caixa de distribuição;
- Adutora de Água bruta Uganda a caixa de distribuição e as seguintes localidades:
 - Estação de tratamento;
 - Sr. Pedro;
 - Pedra Aguda Zona Rural
 - Sr. Hélio.

Abastecimento de Caminhão Pipa;

- Vista Alegre/Barra Zona Rural;
- Olho D'água de Salinas
- Zona Rural Linha de 32 mm
- Reservatório Nair Soares.

Todas as adutoras têm como origem a Caixa de Distribuição, e percorrem desta Caixa até a sede de forma independente.

Considerando os dados obtidos, podemos avaliar a capacidade de adução admitindo com comprimento aproximado de 5.800 m de desnível média entre a Caixa de Distribuição e o ponto onde este localizado a Estação de Tratamento de 80 m.





Nesta condição a capacidade de adução será conforme tabela Tabela: 01

adutora	D (mm)	Q (l/s)
linha para a ETA	100	6,40
Linha do Sr. Pedro	75	3,00
Saida de agua para zona rural	75	3,00
Saida paa Helio	50	1,03
Abastecimento C. Pipa	50	1,03
Vista Alegre Sede	100	6,40
Saida de agua para Barra	100	6,40
Saida de agua para Salinas]	75	3,00
Agua para Cajueiro	100	6,40
tubo de 32	32	0,32
Agua para Cx. Bela Vista	100	6,40
Soma das vazões	0	43,38

Estação de Tratamento de Água;

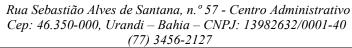
Considerando o esquema da adutora de Água bruta da cidade é possível constatar que, apenas 6,4 l/s sofrem o tratamento na ETA.

Reservatórios:

- Reservatório da ETA 1 (111,93 m3).
- Reservatório do Bairro Oliveira e Bela Vista ETA 1 circular (D=7,54 m) 160.75 m³.
- Reservatório situado no Bairro DC5 206,07 m3.
- Reservatório Vista Alegre 99,71 m³
- Volume total de armazenamento disponível em Urandi é de 675,63m³.
- Volume necessário atual para a sede é de 502m³ considerando uma população estimada de 6.275 pessoas e consumo diário de 200 L/habitante dia.

O volume de reserva disponível no município está compatível com a necessidade fixada pela norma da ABNT.







Rede de Distribuição

A utilização da Água do Reservatório do Rio Raiz é feito através da captação junto à barragem para consumo humano têm uma profundidade de 6 metros. Da captação da água é aduzida por gravidade, através de tubo de ferro fundido com diâmetro de 300 mm e outra parte em Canal aberto até uma Caixa de Distribuição do Castela na localidade de Cabeceiras.

O atendimento para os caminhões Pipa estão sendo realizado em uma tubulação de 100 mm na localidade do Cajueiro.

A distância da Caixa de Distribuição até a sede é de 5,8 km. Diversas Adutoras passam por propriedades particulares, onde em alguns locais, as mesmas são perfuradas pelos proprietários. Este fato causa perdas no trajeto. Tal procedimento não tem sofrido processo judicial devido à falta de documentação regularizando a passagem das tubulações pelas propriedades privadas. O mais indicado seria a implantação das adutoras por vias existentes.

O Rio Raiz, após a captação no reservatório, segue seu curso normal, diferente do Canal que alimenta a Caixa de Distribuição. No seu curso normal tem aproximadamente 6 km, uma Represa chamada de Represa do Stênio, a qual não é utilizada para abastecimento ou qualquer outro uso, podendo entrar no Sistema para o Abastecimento da cidade.

A Água que chega a Estação de Tratamento na Sede de Urandi é submetida a um procedimento que consiste em remover as impurezas através de filtração e promover a desinfecção. Os produtos utilizados são: o cloro, a barrilha e o sulfato de magnésio.

A Água tratada é armazenada em dois reservatórios no Alto do Cruzeiro com volume total de 273,68 m³. O terceiro Reservatório fica no Bairro Bela Vista, com capacidade de 99,71 m³.

O reservatório de 20 m³ implantado próximo ao reservatório Nair, que abastece três conjuntos de casas populares, próximos ao Colégio Municipal Luiz Eduardo Magalhães é alimentado por tubulação de 50 mm e pode ser também abastecido através de carro pipa.

2.9.1. Diagnóstico do Serviço Público de Esgotamento Sanitário

• Sede

O Sistema de Esgotamento Sanitário da Sede conta com diversas canalizações implantadas informadas verbalmente pela Prefeitura. Não há cadastro destas instalações. A sede dispõe de rede coletora parcialmente implantada numa extensão desconhecida com diâmetro de 100 mm.

unicet



MUNICÍPIO DE URANDI

Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127

A maior parte dos esgotos coletados é lançada nos Rios Raiz e sem nenhum tratamento, a outra parte é lançada em fossa negra ou em valas. No Anexo 3, é apresentado a planta da sede com a indicação das tubulações informadas pela prefeitura, contudo estes dados são apenas informativos com pouco valor técnico visto que não foi elaborado com base em cadastro.

2.9.2. - Diagnóstico do Sistema de Abastecimento de Água na Zona Rural

Para os povoados, conglomerados com população superior a 10 pessoas, o abastecimento de água é feito de duas formas: Para consumo humano: Carro Pipa com água do Rio Raiz e para higiene e outras necessidades são feitas através de água das Barragens do Cova da Mandioca e Estreito. Em outras localidades o abastecimento é feito por poços artesianos de aproximadamente 70 a 80 metros de profundidade, cuja relação consta quadro.

Os poços perfurados têm encontrado água salobre (tem alta concentração de sal), impossibilitando o abastecimento público nos povoados.

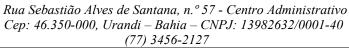
Algumas localidades possuem água encanada para higiene e outras necessidades: Entupição, Pedras, Barreiro, Salina, Estreito, Flores, Núcleo I, Núcleo 2, Cantinho, Pesqueiro, Pedra Aguada, Raiz, Cabeceiras, Retiro, Riachão, Núcleo I e Núcleo II.

As Regiões atendidas por carros pipas para consumo humano:

Quadro - 01

ITEM	LOCALIZAÇÃO	DISTANCIA DA SEDE Km.	POPULAÇÃO Estimada
1.	ESTREITO	15	220
2.	ANGICAL	19	200
3.	FLORES	16	390
4.	ENTUPIÇÃO	5	194
5.	FAZENDA GUAIÇARA	22	12
6.	CANAFÍSTULA	32	45
7.	AGRESTE II	29	70
8.	CABEÇA DO PORCO	27	160
9.	CUBÍCULO	17	100
10.	LAGOA DE DENTRO	18	60
11.	ANIL	17	20
12.	ROCINHA DO ARROZ	17	90
13.	BOA VISTA DO ESTREITO	14	170
14.	AGRESTE 1	24	50
15.	CANTINHO	27	130
16.	FAZ JOAQUIM DE SOUZA	15,7	30
17.	FIGURA	13	130
18.	ESTREITO	15	80







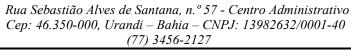
19.	FAZ. MINADOR	15,7	13
20.	CACHOEIRA	21	125
21.	CALDERÃO	21	65
22.	CABEÇUDO	23	40
23.	CANGOLÁ	23	55
24.	PAUS PRETO	21	35
25.	PEDRA AGUADA	17	75
26.	PIRIPIRI	18	15
27.	CORREDOR	13	105
28.	AGUA BRANCA	13	95
29.	FURADO DA PEDRA	14	40
30.	MATA VEADO	17	40
31.	COCOS	17	50
32.	CHICÃO	21	90
33.	PÉ DE LADEIRA	23	95
34.	EXTREMA	23	135
35.	PASSAGEM FUNDA	20	70
36.	QUIXABA	14	50
37.	AMANCIO GOMES	18	25
38.	MOCOZINHO	15	25
39.	LAGEDINHO	17	70
40.	LAGOA GRANDE	32	200
41.	TIRIRICA	22	225
42.	PAJEÚ	17	55
43.	CANFISTULAI-	20	40
44.	FAZENDA COQUEIRO	12,7	46
45.	FAZENDA FARGINHA	13,9	57
46.	MORRINHOS	14	160
47.	BARREIRINHO	21	125
48.	PESQUEIRO	16	175
49.	TIRA-BARRO	75	17
50.	FAZ. PASSAGEM DO MEIO	13,2	12
51.	BOI	15	80
52.	CANTINHO	27	350
53.	NÚCLEO I	32	490
54.	NÚCLEO II	34	600

Fonte: Prefeitura Municipal de Urandi

Recentemente a Prefeitura conseguiu da CODEVASF como doação, uma Estação de Tratamento Compacta, que deverá ser implantada próxima a Barragem do Rio Cova da Mandioca, para abastecer os povoados de Cantinho, Núcleo I, Núcleo II e Flores.

As obras necessárias para operacionalizar a montagem e operação da estação ainda não foram feitas pelo município.





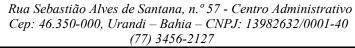


Diversas localidades contam com o suprimento de água através de poços artesianos.

Estas localidades estão discriminadas na tabela - 1

item	Localidade	Situação	N° Pessoas	Responsável	Elétrica /diesel
01	Olho d'água	Funcionando	15	Nenzim	Elétrica
02	Salinas	Funcionando	95	Germano	Elétrica
03	Água branca (sali- nas)	Funcionando	15	Germano	Elétrica
04	Grama	Funcionando	06	Dalci (Dozão)	Elétrica
05	Sitio das Aboboras	Funcionando	20	Moises Caçu- la e Jose Car- los	Elétrica
06	Sitio das Aboboras (Zé Bocais)	Perfurado			Elétrica
07	Coqueiro	Funcionando	50	Zé Cardoso de Oliveira	Elétrica
08	Varginha 1	Funcionando	10	Tonhão do Coqueiro e Benedito	Elétrica
09	Varginha 2	Funcionando	24	Tonhão do Coqueiro e Benedito	Elétrica
10	Cedro/cachoeira do cedro	Funcionando	50	Dó do Cedro	Elétrica
11	Vargem grande	Funcionando	32	Osvaldo	Elétrica
12	Umbuzeiro	Montando SAA			Elétrica
13	Cachoeira	Funcionando	14	Carlito	Elétrica
14	Tiririca	Funcionando	17	Nego	Elétrica
12	Anil	Funcionando	05	Geraldo	Elétrica
15	Rocinha do arroz	Funcionando	08	Pedro Ferrei- ra	Elétrica
16	Corredor	Funcionando	20	Geraldo	Elétrica
17	Entupicao	Funcionando			Elétrica
18	Água branca (licin)	Funcionando	20	Têtê	Elétrica
19	Entre morros	Funcionando	11	Juarez	Elétrica
20	Lajedinho	Funcionando	17	Milton de Vir- gulino	Elétrica
21	Lajedão(Conde)	Funcionando	08	Antônio Reis/	Elétrica



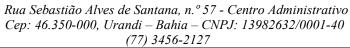




				Jandira	
22	Cabeçudo (Minel- vino)	Funcionando	13	Minelvino	Elétrica
21	Agreste (Tone Dau)	Funcionando	10	Antonio de Dau	Elétrica
22	Cabeça do porco	Funcionando	30	Edvaldo	Elétrica
23	Agreste um (PE- DRO)	Funcionando	26	Pedro	Elétrica
24	Núcleo dois	Funcionando	216	Arlindo	Elétrica
25	Joaquim de Souza	Funcionando	10	Gero	Elétrica
26	Amançio Gomes	Funcionando	06	Helio	Elétrica
27	Riachão(Pascoal)	Funcionando	12	Valdeir	Elétrica
28	Riacho do mel	Funcionando			Elétrica
29	Cachoeira do ce- dro	Funcionando			
30	Creche municipal (estádio municipal)	PERFURA- DO			Elétrica
31	Extrema	Funcionando			Elétrica
32	FIGURA	Funcionando			Elétrica
33	MORRINHOS	Funcionando			Elétrica
34	BROACAS	Funcionando			Elétrica
35	Olho D'água do Rio verde	Aguardando Lig Coeba			Elétrica
36	Vargem Grande Cedro	Aguardando Lig Coeba			Elétrica
37	Riachão	Aguardando Lig Coeba			Elétrica
38	Barreiro				Elétrica
39	Caldeirão	Aguardando Lig Coeba	14		
40	Quixaba	Funcionando	15		-

A operação do sistema de abastecimento de água é feita pelo Município através da Prefeitura, utilizando atualmente para a sede uma empresa privada.







A água é fornecida a população sem a cobrança de taxas do consumidor. Os custos estão onerando a receitas provenientes dos Tributos Municipais.

Essa entrega de água é um processo demorado. Quanto ao abastecimento por poços o município conta com 29 poços. Não há informações quanto às vazões produzidas em cada poço, porém a água é salgada.

2.9.3. Diagnóstico da Operação do Sistema de Esgotamento Sanitário

• Povoados:

O Sistema de Esgotamento Sanitário dos povoados é individual, quando existe, sem nenhum tratamento ou são lançados em valas e valetas.

Assim quanto ao Sistema de Esgotamento Sanitário, praticamente, não há prestação de Serviço Público.

2.10. Características do Sistema de Esgotamento Sanitário

O município de Urandi não possui um Sistema de Esgotamento Sanitário o que causa implicações danosas à saúde pública e ao equilíbrio do meio ambiente.

2.11. Projeção Demográfica Regional e Municipal

O município de Urandi localiza-se na Região de Econômica do Governo de Serra Geral que é formada por 29 municípios. Os indicadores demográficos disponibilizados pelo IBGE, para o Estado da Bahia (urbana e rural), bem como para a Região de Governo de Serra Geral estão resumidas na Tabela 1 e Tabela 2.

Tabela 2 - Evolução Populacional do Estado da Bahia

	POPULAÇÃO (TAXA					
ANO	URBANA	TGC	RURAL	TGC	TOTAL	TGC	URBANIZAÇÃO (% a.a.)
1960	2.083.716	-	3.906.889		5.990.605		34,78%
1970	3.140.407	4,19%	4.442.733	1,29%	7.583.140	2,39%	41,41%
1980	4.745.022	4,21%	4.852.371	0,89%	9.597.393	2,38%	49,44%
1991	7.007.729	3,61%	4.847.428	-0,01%	11.855.157	1,94%	59,11%
2000	8.761.604	2,51%	4.305.306	-1,31%	13.066.910	1,09%	67,05%
2010	10.102.476	1,43%	3.914.430	-0,95%	14.016.906	0,70%	72,07%

TGC: taxa geométrica de crescimento, q=(P1/P0)^1/(t1-t0) em % a.a.

Fonte: IBGE

QUINTA•FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2019 • ANO VI | Nº 1647

MUNICÍPIO DE URANDI





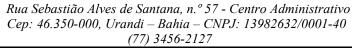
Tabela 3 - Evolução Populacional dos Municípios da Região de Governo de Serra Geral

	POPULA	AÇÃO UR	BANA	POPULAÇÃO RURAL			POPULAÇÃO TOTAL		
LOCALIDADE	2000	2010	TGC	2000	2010	TGC	2000	2010	TGC
Aracatu	3178	3938	2,170%	12295	9805	-2,24%	15473	13743	-1,18%
Brumado	40673	45131	1,050%	20961	19471	-0,73%	61634	64602	0,470%
Caculé	11532	13309	1,440%	8801	8927	0,140%	20333	22236	0,900%
Caetité	23487	28447	1,930%	21754	19068	-1,310%	45241	47515	0,490%
Candiba	6158	7725	2,290%	5965	5485	-0,840%	12123	13210	0,860%
Condeúba	6330	7462	1,660%	11718	9436	-2,140%	18048	16898	-0,660%
Contendas do Sincorá	2336	2297	-0,170%	1933	2366	2,040%	4269	4663	0,890%
Cordeiros	2100	2551	1,960%	6007	5617	-0,670%	8107	8168	0,070%
Dom Basilio	1519	2241	3,970%	8908	9114	0,230%	10427	11355	0,860%
Guajeru	1741	2077	1,780%	11153	8335	-2,870%	12894	10412	-2,120%
Guanambi	53995	62565	1,480%	17731	16268	-0,860%	71726	78833	0,950%
Ibiassucê	4037	4706	1,550%	8791	5356	-4,830%	12828	10062	-2,400%
Igapoă	7114	7864	1,010%	7453	7341	-0,150%	14567	15205	0,430%
Ituaçu	4428	6569	4,020%	12822	11558	-1,030%	17250	18127	0,500%
Jacaraci	3649	4923	3,040%	9867	8728	-1,220%	13516	13651	0,100%
Lagoa Real	2006	2808	3,420%	10753	11126	0,340%	12759	13934	0,880%
Licinio de Almeida	5955	6253	0,490%	6370	6058	-0,500%	12325	12311	-0,010%
Livramento N. Senhora	16737	20530	2,060%	21249	22163	0,420%	37986	42693	1,180%
Maetinga	1974	2817	3,620%	11686	4221	-9,680%	13660	7038	-6,420%
Malha de Pedras	2348	3234	3,250%	6076	5234	-1,480%	8424	8468	0,050%
Mortugaba	4993	5887	1,660%	7601	6590	-1,420%	12594	12477	-0,090%
Palmas de Monte Alto	6658	9832	3,980%	13437	10943	-2,030%	20095	20775	0,330%
Pindai	3624	4319	1,770%	11853	11309	-0,470%	15477	15628	0,100%
Piripá	5246	6195	1,680%	10868	6588	-4,880%	16114	12783	-2,290%
Pres. Janio Quadros	2913	4198	3,720%	14107	9454	-3,920%	17020	13652	-2,180%
Rio de Antônio	5099	5993	1,830%	9525	8822	-0,76%	14624	14815	0,130%

E PUSCE FOR	POPUL	AÇÃO UR	BANA	POPU	ILAÇÃO RI	URAL	POPULAÇÃO TOTAL		
LOCALIDADE	2000	2010	TGC	2000	2010	TGC	2000	2010	TGC
Sebastião Larangeiras	3641	4084	1,150%	5636	6287	1,100%	9277	10371	1,120%
Tanhagu	7015	8290	1,680%	13024	11723	-1,05%	20039	20013	-0,01%
Urandi	4723	5939	2,320%	11347	10527	-0,75%	16070	16466	0,240%
RE Serra Geral	245209	292184	1,770%	319691	277920	-1,39%	564900	570104	0,090%
Estado de Bahia	8761604	9877853	1,210%	4305306	3833867	-1.15%	14066910	13711720	0.480%

TGC: taxa geométrica de crescimento, q=(P+/P+)*1/(t+le) em % a.a. Fonte: IBGE







Os valores resumidos na tabela 3 permite observar que apenas 4 (quatro) do total de 29 (vinte e nove) municípios que constituem a Região de Governo de Serra Geral apresentaram, em 2010, população menor que 10.000 habitantes. Cinqüenta por cento da população da região estavam em 25% dos municípios e os outros cinqüenta em 75% dos municípios.

Urandi, por sua vez, contava, em 2010, com 16.466, enquadrando-se entre os municípios com população inferior a media da região. Nesse sentido, infere-se que a evolução demográfica do município avaliado não difere da maioria das cidades da Região.

Verifica-se também com base na tabela 3, que aproximadamente 30% dos municípios da região vêm apresentando taxas de crescimento total negativa enquanto que na zona rural a incidência de crescimento negativo é de 72%. Isso significa migração da zona rural para o a zona urbana.

Analisando o Estado como um todo, as taxas de crescimento populacional totais apresentaram declínio, ou seja, redução na velocidade de crescimento.

Na Tabela 4 estão apresentados os indicadores demográficos da evolução do município para as duas últimas décadas, período este considerado como determinante das tendências demográficas nas próximas décadas. Observa-se que o município é predominantemente rural com taxa de urbanização de 36,07% em 2010. Na década de 2000 a 2010, enquanto o município cresceu 0,24% a zona urbana teve um crescimento de 2,31% e consequentemente a zona rural apresentou crescimento negativo de (0,745%)

Tabela 4- Evolução da Distribuição Populacional no Município de Urandi

ANO	POPULAÇÃ						
	URBANA	TGC	RURAL	TGC	TOTAL	TGC	URBANIZAÇÃO (% a.a.)
2000	4.723	-	11.347	-	16.070	-	29,39%
2010	5.939	2,32%	10.527	-0,75%	16,466	0,24%	36,07%

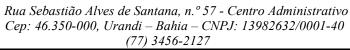
TGC: taxa geométrica de crescimento, q=(P1/P0)^1/(t1-t0) em % a.a.

Confirma-se o fato que a evolução da população total, Urbana e Rural, do município de Urandi, acompanha a tendência regional e do Estado, Com a diminuição das taxas de crescimento ao longo das décadas e apresenta ainda a diminuição de sua população Rural com crescimento da Urbana em uma velocidade acentuada.

2.11.1 Projeções Demográficas

As projeções populacionais para o município de Urandi foram efetuadas a partir de regressões matemáticas, considerando a evolução populacional urbana,







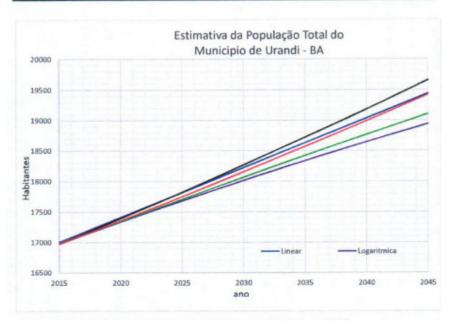
verificada nas últimas duas décadas 1990 a 2010, visando obter o número de habitantes ao longo do período de planejamento, entre 2015 e 2045.

No Anexo 01 são resumidos os cálculos efetuados, utilizando-se regressões das curvas exponencial, potencial, logarítmica e linear. Estas curvas foram escolhidas por representarem diversos graus de velocidade de crescimento.

Tabela 5 - Projeção Populacional para o Município de Urandi (População Total)

ANO	LINEAR		LOGARITM	LOGARITMICA		AL	EXPONENCIAL	
	POPULAÇÃO (hab.)	TGC	POPULAÇÃO (hab.)	TGC	POPULAÇÃO (hab.)	TGC	POPULAÇÃO (hab.)	TGC
2015	17008		16979		16973		16975	
2020	17413	0,47%	17339	0,42%	17346	0,44%	17395	0,49%
2025	17819	0,46%	17684	0,40%	17711	0,42%	17826	0,49%
2030	18224	0,45%	18016	0,37%	18069	0,40%	18267	0,49%
2035	18630	0,44%	18335	0,35%	18420	0,39%	18719	0,49%
2040	19035	0,43%	18643	0,33%	18765	0,37%	19182	0,49%
2045	19441	0,42%	18940	0,32%	19104	0,36%	19657	0,49%

	LINEAR		LOGARITMICA	LOGARÍTMICA		POTENCIAL		EXPONENCIAL	
ANO	POPUÇÃO (hab.)	TGC	POPULÇÃO (hab.)	TGC	POPULÇÃO (hab.)	TGC	POPULÇÃO (hab.)	TGC	



unicet



MUNICÍPIO DE URANDI

Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi — Bahia — CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127

Tabela 7- Projeção Populacional para o Município de Urandi (Urbana-Sede)

ANO	LINEAR		LOGARÍTMICA		POTENCIAL		EXPONENCIAL	
	POPULAÇÃO (hab)	TGC	POPULAÇÃO (ha b.)	TGC	POPULAÇÃO (ha b.)	TGC	POPULAÇÃO (ha b.)	TGC
2015	6294	1500	6257		6275		6275	
2020	6901	1,86%	6801	1,68%	6940	2,03%	7023	2,28%
2025	7508	1,70%	7322	1,49%	7644	1,95%	7859	2,28%
2030	8116	1,57%	7823	1,33%	8387	1,87%	8795	2,28%
2035	8723	1,45%	8305	1,20%	9171	1,80%	9842	2,28%
2040	9331	1,36%	8770	1,09%	9995	1,74%	11014	2,28%
2045	9938	1,27%	9218	1,00%	10860	1,67%	12326	2,28%

Figura 6

Estimativa da População do Municipio de Urandi - BA

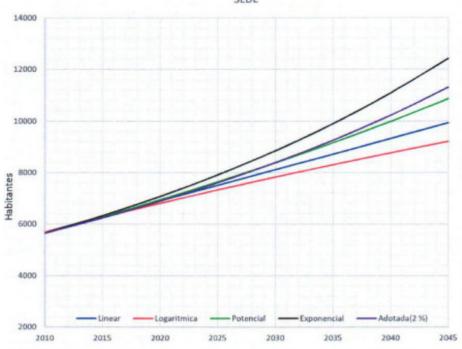
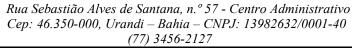


Tabela 7 - PROJEÇÃO POPULACIONAL PARA O MUNICÍPIO DE URANDI (SEDE - POVOADOS - RURAL E TOTAL)

Figura 7-

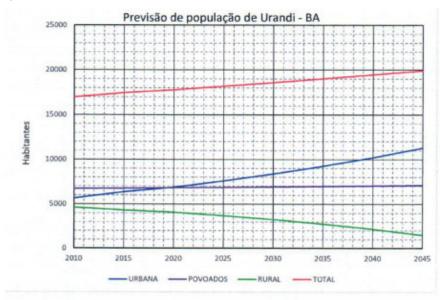
ANO	URBANA	POVOADOS	RURAL	TOTAL
2010	5649	6718	4616	16983
2015	6361	6766	4346	17473
2020	6885	6814	4091	17790
2025	7601	6874	3719	18194
2030	8392	6934	3281	18607
2035	9266	6994	2769	19029
2040	10231	7054	2176	19461
2045	11297	7114	1492	19903







PROJEÇÃO POPULACIONAL PARA O MUNICÍPIO DE URANDI



Em uma primeira análise, para a população urbana, considerou-se que as regressões exponencial, logarítmica e linear refletem uma redução mais acelerada e a potencial, um ritmo menor, mas intenso.

Os Censos de 2.000 e 2.010 registraram para Urandi um total de população Urbana de 1.760 habitantes. Esta população é 19% inferior a ocorrida em 2.000.

A Contagem do IBGE de 2.007 registrou para Urandi um total de 3.146 habitantes no município. Esta população é ligeiramente inferior a ocorrida em 2000. No Censo de 2010 a população total registrada foi de 3.228 habitantes o que indica tendência é de estabilização no numero de habitantes.

A previsão elaborada em 2003 para o município, no que se refere a população urbana, apresentou uma tendência de crescimento o que não foi confirmado no Censo de 2.010. Se considerarmos a taxa de crescimento observado nos Censos de 2.000 e 2.010, a tendência é de redução.

Para verificar, dentre essas tendências, quais as que ainda refletem o comportamento recente, procurou-se efetuar uma avaliação da população atual (2.011), tendo por base o registro das ligações de água.

Segundo dados, em agosto de 2010, estavam cadastradas 789 economias residenciais ligadas à rede de abastecimento de água. Para estimativa da população atual, a partir do número de economias, efetuou-se a análise da taxa média ocupacional da população total (hab/dom), mediante avaliação dos dados censitários mais recentes. Na Tabela 8, são apresentados os indicadores correspondentes.



Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127



Tabela 8- INDICADORES DA TAXA DE OCUPAÇÃO DOMICILIAR DE **URANDI**

ANO	POPULAÇÃO (hab)	DOMICÍLIOS (un)		EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUP. (%a.a.)
2000	16.070	827	3,90	-
2010	16.466	991	3,26	-1,53

Fonte: IBGE.

Observa-se que esta taxa caiu nos dois últimos censos, de 3,90 hab/dom em 2000, para 3,26 hab/dom em 2010, confirmando a tendência generalizada no Estado e no País, fruto, provavelmente, de maior controle de natalidade, acompanhado de maior oferta de moradias, conforme tendência geral.

Na Tabela 9, são apresentados os indicadores correspondentes ao Estado de Bahia.



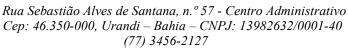




Tabela 9 - INDICADORES DA TAXA DE OCUPAÇÃO DOMICILIAR DO ESTADO DA BAHIA

ANO	POPULAÇÃO (hab)	DOMICÍLIOS (un)	TAXA DE OCUPAÇÃO (hab/dom)	TAXA DE OCUF (%a.a.)				
2000	13.066.910	10.358.598	3,57	-				
2010	14.016.906	12.612.693	3,39	-0,49				
	POPULAÇÃO (hab)							
ANO	SEDE	POVOADO	RURAL	TOTAL				
2015	6275	6754	4405	17395				
2016	6407	6766	4346	17473				
2017	6542	6778	4286	17552				
2018	6679	6790	4223	17631				
2019	6819	6802	4158	17710				
2020	6962	6814	4091	17790				
2021	7108	6826	4021	17870				
2022	7257	6838	3949	17960				
2023	7409	6850	3875	18031				
2024	7565	6862	3798	18112				
2025	7724	6874	3719	18194				
2026	7886	6886	3637	18276				
2027	8052	6898	3552	18358				
2028	8221	6910	3465	18441				
2029	8394	6922	3375	18524				
2030	8570	6934	3281	18607				
2031	8750	6946	3185	18691				
2032	8934	6958	3086	18775				
2033	9122	6970	2983	18859				
2034	9314	6982	2878	18944				
2035	9510	6994	2769	19029				
2036	9710	7006	2658	19115				
2037	9914	7018	2543	19201				

Fonte: IBGE







Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127

Destarte, após avaliação criteriosa dos dados disponíveis e das projeções estudadas, optou-se pela adoção da projeção potencial em face de apresentar o melhor ajuste às condições limites e comparações, o que resultou em uma população, em 2045, de 19.903 habitantes para o Município.

Tabela 10 Contém os dados para projeção da população prevista ao longo do horizonte de planejamento, de acordo com a projeção adotada.

2038	10122	7030	2424	19287
2039	10335	7042	2302	19374
2040	10552	7054	2176	19461
2041	10774	7066	2047	19549
2042	11000	7078	1914	19637
2043	11231	7090	1777	19725
2044	11467	7102	1637	19814
2045	11708	7114	1492	19903

Na elaboração da tabela os habitantes dos distritos e povoados estão considerados de forma geral na zona rural. A estimativa da população destes locais foi feita utilizando a mesma taxa de crescimento da zona urbana. Para população de 2015 foi considerado como estimativa, uma media de 3,5 pessoas por domicilio.

2.11.2 Projeção das Vazões de Água e de Esgotos

Para a projeção das vazões de água e esgotos foram considerados os seguintes parâmetros:

Taxa per capita = 200 l/hab.dia K1 (coeficiente do dia de maior consumo) = 1,2 K2(coeficiente da hora de maior consumo) = 1,3 E/A = Relação Água e Esgoto =0,8



Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi - Bahia - CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127

Tabela – 11 Estimativa das Vazões de água e esgoto da sede do Município

		Agua			Esgoto		
Ano	Pop	Qmed	Q_md	Q_mh	Qmed	Q_md	Q_mh
	hab	l/s	l/s	l/s	l/s	l/s	l/s
2015	6236	14,44	17,33	26,00	11,55	13,86	20,80
2016	6361	14,72	17,66	26,49	11,78	14,13	21,19
2017	6488	15,02	18,02	27,03	12,02	14,42	21,62
2018	6618	15,32	18,38	27,57	12,26	14,70	22,06
2019	6750	15,63	18,76	28,14	12,50	15,01	22,51
2020	6885	15,94	19,13	28,70	12,75	15,30	22,96
2021	7023	16,26	19,51	29,27	13,01	15,61	23,42
2022	7163	16,58	19,90	29,85	13,26	15,92	23,88
2023	7306	16,91	20,29	30,44	13,53	16,23	24,35
2024	7452	17,25	20,70	31,05	13,80	16,56	24,84
2025	7601	17,59	21,11	31,67	14,07	16,89	25,34
2026	7753	17,95	21,54	32,31	14,36	17,23	25,85
2027	7908	18,31	21,97	32,96	14,65	17,58	26,37
2028	8066	18,67	22,40	33,60	14,94	17,92	26,88
2029	8227	19,04	22,85	34,28	15,23	18,28	27,42
2030	8392	19,43	23,32	34,98	15,54	18,66	27,98
2031	8560	19,81	23,77	35,66	15,85	19,02	28,53
2032	8731	20,21	24,25	36,38	16,17	19,40	29,10
2033	8906	20,62	24,74	37,11	16,50	19,79	29,69
2034	9084	21,03	25,24	37,86	16,82	20,19	30,29
2035	9266	21,45	25,74	38,61	17,16	20,59	30,89



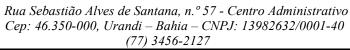




Tabela - 12 - Vazões medidas I/s

Povoados total	15,63	15,77	15,91	16,05	16,19	16,33	16,47
Total do Municipio	30,07	31,71	33,51	35,48	37,64	40,01	42,62
Vazões medias e l/s							

LOCALIDADES	2015	2020	2025	2030	2035	2040	2045
SEDE	14,44	15,94	17,59	19,43	21,45	23,68	26,15
CANTINHO	2,31	2,34	2,36	2,38	2,41	2,43	2,45
NUCLEO1	1,39	1,40	1,41	1,42	1,44	1,45	1,46
NUCLEO2	1,85	1,86	1,88	1,89	1,90	1,91	1,92
FLORES	1,16	1,17	1,18	1,19	1,20	1,22	1,23
SALINAS	1,39	1,40	1,41	1,42	1,44	1,45	1,46
ESTREITO	1,39	1,40	1,41	1,42	1,44	1,45	1,46
ENTUPIÇÃO	2,08	2,11	2,13	2,15	2,18	2,20	2,22
OUTROS	4,06	4,09	4,13	4,16	4,20	4,23	4,27

Tabela: 13

Estimativa de vazões em m³/dia para "beber" para 5 l/hab.dia

	ANO						
LOCALIDADES	2015	2020	2025	2030	2035	2040	2045
CANTINHO	57,87	58,45	59,03	59,61	60,19	60,76	61,34
NUCLEO1	34,72	35,01	35,30	35,59	35,88	36,17	36,46
NUCLEO2	46,30	46,59	46,88	47,16	47,45	47,74	48,03
FLORES	28,94	29,22	29,51	29,80	30,09	30,38	30,67
ESTREITO	34,72	35,01	35,30	35,59	35,88	36,17	36,46
ENTUPIÇÃO	52,08	52,66	53,24	53,82	54,40	54,98	55,56
OUTROS	101,50	102,37	103,24	104,11	104,98	105,84	106,71
Povoados total	298,26	300,87	303,47	306,08	308,68	311,28	313,89



Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127

3. Objetivos e Metas de Curto, Médio e Longo Prazo para o Serviço Público de Abastecimento de Água.

As Metas para Universalização dos Serviços Público de Abastecimento de Água serão divididas em Curto, Médio e Longo Prazo de forma a atender as necessidades da população compatíveis com os recursos disponíveis. O objetivo é alcançar o abastecimento de 100% da população com agua potável. Devido à característica do Município as metas foram fixadas para Sede e Povoados que atualmente representam 73% da população do Município e sendo 33% na sede e 40% nos diversos povoados existentes. Enfatiza-se que as implantações das ações e metas deverão ser objeto de estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

3.1. Metas para a Universalização dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água:

Curto Prazo (até 5 anos). Sede:

a) Melhoria na adução de Água bruta.

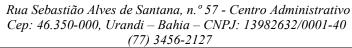
Diversas adutoras de Água bruta têm origem na Caixa de Distribuição e seguem praticamente para a Sede do Município, entretanto apenas 3 se destinam ao suprimento da população local. Estas três linhas têm uma capacidade de aduzir 19,2l/s, entretanto na ETA apenas uma linha é conectada segundo informações fornecidas. Assim, o tratamento se reduz a apenas 6,4 l/s.

Como diversas linhas têm a utilização ociosa, para possibilitar o aproveitamento, a proposta é implantar uma adutora de interligação para levar ociosa de todas as adutoras para a área da ETA. Com este procedimento é possível conseguir uma vazão máxima de até 43 Vs. Reparar os vazamentos.

- b) Reavaliar e reformar a atual estação de tratamento de agua da SEDE do Município.
- c) Projetar a ampliação do sistema de distribuição de forma que toda agua fornecida passe pelo tratamento.
- d) Implantar o sistema de uso racional da agua.
- e) Implantar o Programa de Educação Ambiental integrado;
- f) Projetar o sistema de alimentação dos caminhões pipas a partir da água tratada da ETA.
- g) Estudar a possibilidade de implantar nova ETA próximo a captação e implantação de nova adutora com tubulação única com diâmetro de 250 mm
- h) Estabelecer critérios e diretrizes para abastecimento de novos conjuntos habitacional.

Povoado:

 a) Implantar e operacionalizar do sistema de tratamento de água obtido junto a CODEVASF.





- b) Otimizar o sistema de abastecimento de água com caminhões pipas. Esta otimização consiste em reduzir o tempo de entrega. Esta redução será com á implantação de um reservatório para cada localidade. Assim, o caminhão descarrega direto neste reservatório, reduzindo o tempo e aumentando a quantidade de viagens.
- c) Implantação de adutoras e sistemas de recalque para Núcleo1, Núcleo 2, Cantinho e Flores.
- d) Projeto de implantação do reservatório de distribuição para os 4 povoados.
- e) Projeto e implantação da rede de distribuição para os quatro povoados.
- f) Implantar reservatórios de armazenamento de água proveniente de caminhões pipas nos povoados de forma adequada com os recursos disponíveis e priorizados de acordo com a carência.

Médio Prazo (até 10 anos).

Sede:

- a) Melhoria no Sistema de Captação e Ampliação no Sistema de Água Bruta;
- b) Ampliar a rede de distribuição de água;
- c) Ampliação da ETA;
- d) Implantar o sistema de redução de perdas de água;
- e) Intensificar o programa ambiental e uso racional da água.

Povoados:

- a) Continuar com a implantação de reservatórios e manutenção e reforma dos já construídos;
- b) Implantação de rede de distribuição da agua;
- c) Implantação de sistemas localizados e/ou integrados de produção, tratamento, reservação e distribuição de agua.

Longo prazo.

Sede:

- a) Ampliar as campanhas de educação ambiental;
- b) Manutenção do sistema de distribuição;
- c) Intensificar o programa de redução de perdas de agua.

Povoados:

a) Avaliar o estado de cada reservatório.

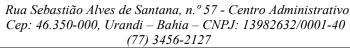
3.2. Objetivos e Metas de Curto, Médio e Longo Prazo para o Sistema de Esgotamento Sanitário

Curto Prazo (até 5 anos).

Sede:

- a) Cadastramento da rede coletora existente e manutenção;
- b) Estudo para implantação da estação de tratamento de esgotos;
- c) Ampliação do Sistema de Esgotamento sanitário;
- d) Implantação do Programa de Educação Ambiental.







Povoados:

- a) Projetar a rede de coletara de esgotos sanitários e de tratamento por fossa filtro tipo Funasa, para cada povoado;
- b) Priorizar as comunidades em função das disponibilidades de recursos do Município:
- c) Iniciar a remoção e disposição adequada do lodo proveniente das fossas filtros através caminhões limpa fossa;
- d) Implantar o Programa de Educação Ambiental.

Médio Prazo (até 10 anos).

Sede:

- a) Melhoria no Sistema de Coleta;
- b) Implantação de Tratamento de Esgoto;
- c) Implantação de Sistema de Lodo;
- d) Intensificar o Programa de Educação Ambiental.

Povoados:

- a) Garantir a implantação do Sistema de Fossa Filtro em 100% dos povoados com população superior a 200 habitantes;
- b) Ampliar o Programa de Tratamento para povoados com população inferior a 200 habitantes:
- c) Intensificar o Programa de Educação Ambiental.

Longo Prazo (mais de 10 anos).

Sede:

- a) Manutenção e melhoria nos Sistemas implantados;
- b) Manter os Programas de Educação Ambiental;

Povoados:

- a) Manutenção e melhoria nos Sistemas implantados;
- b) Manter os Programas de Educação Ambiental;

3.3 Plano de Obras de Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água.

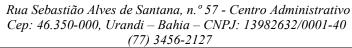
Curto Prazo (até 5 anos).

Sede:

- a) Elaborar a revisão e atualização do Plano de Saneamento do Município;
- b) Melhoria na adução de Água bruta:

Elaboração do projeto de interligação das adutoras de água bruta e executar as obras. Executar o reparo dos vazamentos nas linhas, mediante projeto especifico;







- c) Estudo de verificação da capacidade de atual ETA e executar a reforma e adequação;
- d) Projetar a ampliação do sistema de distribuição de forma que toda aqua fornecida passe pelo tratamento;
- e) Elaborar o plano para uso racional da Água;
- f) Elaborar o Programa de Educação Ambiental integrado;
- g) Projetar o sistema de alimentação dos caminhões pipas a partir da água tratada da ETA;
- h) Avaliar a implantação de nova ETA do Sistema Raiz próximo a Caixa de distribuição;
- i) Elaborar os critérios e diretrizes para abastecimento de novos conjuntos habitacionais em função da disponibilidade de água.

Povoados:

- a) Elaborar o projeto para instalar o sistema de tratamento de agua obtido junto a "CODEVASF":
- b) Elaborar projetos para instalação de reservatórios em cada povoado para armazenar água transportada por caminhões pipas. Estes reservatórios possibilitarão menor tempo de parada e maior quantidade de viagens;
- c) Elaborar o projeto para o fornecimento de água para Nucleo 1, Nucleo 2, Cantinho e Flores a partir da ETA "CODEVASF";
- d) Elaborar projeto e executar a obra da rede de distribuição para povoados;
- e) Implantar o plano para a priorização para a implantação de reservatórios de armazenamento.

Médio Prazo (até 10 anos).

Sede:

- a) Elaborar o projeto para melhoria no Sistema de Captação e Ampliação no Sistema de Água bruta;
- b) Projeto e execução da ampliação da rede de distribuição;
- c) Implantar a Ampliação da ETA;
- d) Implantar o sistema de redução de perdas;
- e) Intensificar o programa ambiental e uso racional da água;

Povoados:

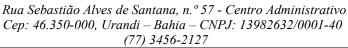
- a) Continuar com a implantação de reservatórios e manutenção e reforma dos já construídos;
- b) Implantação de rede para distribuição da água;
- c) Implantação de sistemas localizados e/ou integrados de produção tratamento, reservação e distribuição de água.

Longo Prazo.

Sede:

- a) Ampliar as campanhas de educação ambiental;
- b) Manutenção do sistema de distribuição de água;







c) Intensificar o programa de redução de perdas de água;

Povoados:

- a) Providenciar a manutenção dos reservatórios;
- b) Implantar reservatórios nos povoados ainda não atendidos.

3.4. Plano de Obras de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário.

Elaboração do Projeto Básico e executivo e implantação das obras:

Sede - complementação da cobertura de rede coletora.

Sede - coletores troncos

Sede - estação de tratamento de esgoto.

Povoados - implantação de sistemas de redes coletoras para pequenas comunidades.

Curto Prazo (até 5 anos).

Sede:

- a) Executar o cadastramento da rede coletora existente e manutenção;
- b) Estudo e elaboração do projeto da estação de tratamento de esgotos;
- c) Executar o projeto para escoamento dos esgotos das redes existentes para o local da ETE;
- d) Elaborar e implantar o Programa de Educação Ambiental;
- e) Coletar elementos para incluir na revisão e atualização do Plano Diretor.

Povoados:

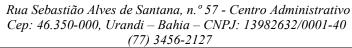
- a) Elaborar o projeto padrão modular para o Tratamento de Esgoto do tipo Fossa Filtro com base na norma da ABNT e Funasa;
- b) Projetar e Executar o Sistema de Coleta de Esgoto e de Tratamento por Fossa Filtro tipo Funasa, para cada povoado com base no item anterior;
- c) Priorizar as comunidades em função das disponibilidades de recursos do Município;
- d) Iniciar a remoção e disposição adequada do lodo proveniente das fossas filtros através caminhões limpa fossa.

Médio Prazo (até 10 anos).

Sede:

- a) Implantar o Programa de Educação Ambiental;
- b) Melhoria no Sistema de Coleta;
- c) Implantação de Tratamento de Esgoto;
- d) Implantação de Sistema de Lodo;
- e) Operação e Manutenção do Sistema de Tratamento;
- f) Intensificar o Programa de Educação Ambiental.







Povoados:

- a) Garantir a implantação do sistema de fossa filtro em 100% dos povoados com população superior a 200 habitantes;
- b) Ampliar o programa de tratamento para povoados com população inferior a 200 habitantes;
- c) Executar a manutenção das fossas das comunidades com uma periodicidade de pelo menos uma vez por ano;
- d) Intensificar o Programa de Educação Ambiental.

Metas de Longo Prazo (até 10 anos):

Sede:

- a) Manutenção e melhoria nos sistemas implantados;
- b) Implantação de prolongamentos de rede;
- c) Manter os programas de educação ambiental.

Povoados:

- a) Manutenção e melhoria nos sistemas implantados;
- b) Manter os programas de educação ambiental.

4. INVESTIMENTOS

4.1. Plano de Investimentos em Melhoria Operacional e Manutenção dos Sistemas.

As estimativas de custos estão consideradas a valores na data de dez/2014, e os valores deverão ser reavaliados em função do detalhamento dos serviços para efeito de licitação e pedidos de financiamentos.

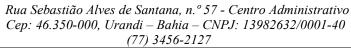
4.2 Estimativas de Gastos e Investimentos dos Projetos - Abastecimento de Água

Tabela: 14

Execução da Adutora D=100 mm (PVC) R\$/m	116,09
Execução da Adutora D=150 mm (PVC) R\$/m	117,86
Execução da Adutora D=200 mm (PVC) R\$/m	132,06
Execução de Adutora D=250 mm (PVC) R\$/m	137,35
Execução de rede de distribuição D= 50mm PVC R\$/m	114,90
Execução de rede de distribuição D= 75mm PVC R\$/m	115,45
ETA – construção R\$/l/s	20.850,00

Projetos por desenho formato A1 R\$/des.	4.000,00
Profissionais de nível universitário (R\$/hora)	150,00
Custo de hora técnica engenheiro (R\$/hora)	155,00
Hora técnica Cadista (R\$/hora)	50,00







4.3 Estimativas de Gastos e Investimentos dos Projetos - Esgotamento Sanitário

Tabela: 15

Rede coletora de esgotos pvc 150 mm (R\$/m)	297,73
Rede coletora de esgotos pvc 200 mm (R\$/m)	305,78
Estação elevatória de esgotos (R\$/l/s)	8.010,00
Estação de tratamento – fossa filtro R\$/pessoa	145,00
Estação de tratamento por Lagoas (R\$/l/s)	52.386,03
Projetos por desenho formato A1 R\$/des.	4.000,00
Profissionais de nível universitário (R\$/hora)	150,00
Custo de hora técnica engenheiro (R\$/hora)	155,00
Hora técnica Cadista (R\$/hora)	50,00

5. FONTES DE FINANCIAMENTOS

O PLANO MUNICIPAL foi desenvolvido admitindo que para executar investimentos, a Política Nacional de Saneamento criará possibilidades para equacionamento dos recursos necessários para atender as metas propostas.

Assim, para que possam ser executadas as ações previstas no planejamento é necessário buscar recursos financeiros de diversas fontes, que podem ser divididas basicamente em fontes tarifárias, onerosas, e não onerosas. Esta última fonte é muito importante para a expansão dos serviços em municípios deficitários.

Pela conjuntura econômica atual e prognóstica desse planejamento, permite-se inferir que as ações e metas de cobertura serão atendidas com a captação e utilização das seguintes fontes:

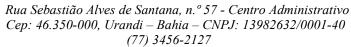
Tarifárias:

- Repasse a fundo perdido ou financiamentos (em nível Estadual ou Federal), em especial FUNASA e FUNCEP, no Estado da Bahia;
- Financiamentos nacionais, BNDES e CEF (especialmente FAT e FGTS);
- Financiamentos internacionais (BID, BIRD, JBIC, etc.)
- Empreendimentos Imobiliários;
- Orçamento Fiscal (União, Estado e Município;

A geração de recursos tarifários (receitas menos despesas) deverá ser usada, preferencialmente, para:

- Operação dos sistemas:
- Investimentos diretos em melhorias dos sistemas;
- Contrapartidas de financiamentos:
- Reposição do parque produtivo;
- Garantias financeiras de financiamentos.
- Cobrança pelos serviços;
- Captação de Recursos privados e públicos;







Expansão Urbana (loteamentos, conjuntos habitacionais e loteamentos sociais) adensada.

6. AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS

Neste capítulo, o estudo rende-se somente às questões de distribuição de água potável e coleta de esgoto, visando ao atendimento do Município de Urandi.

A base principal de um Plano Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Urbano é ajustar e corrigir as ações, de forma a atender corretamente às necessidades da população com serviços públicos prestados de forma adequada aos parâmetros e preceitos das Leis Federais n°11.445/2007 e n°8.987/1995.

Cabe observar que uma situação crítica no atendimento básico das necessidades humanas refere-se às operações emergenciais na operação do Sistema de Abastecimento de Água, que, em sua maioria, ocorrem quando da ocasião de paralisações na produção, na adução e na distribuição.

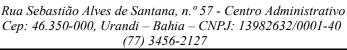
Conforme o artigo 1° da Resolução n°001, de 23 de janeiro de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):

- > [...] considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:
- I. A saúde, a segurança e o bem estar da população;
- II. As atividades sociais e econômicas:
- III. Abiota:
- IV. As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente:
- V. A qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

De forma a minimizar a probabilidade de ocorrência de eventos geradores de situações críticas, devem ser adotados princípios para orientar os responsáveis pelas atividades que possam representar potencial risco de impacto, gerando, assim, um plano de atendimento para situações de emergência que visa a mitigar os efeitos de acidentes em qualquer um dos serviços de saneamento básico.

Os acidentes devem ser documentados, para a formação de um histórico. Desse modo, será possível verificar recorrências dos eventos, além de condutas e procedimentos que possam ser aprimorados, e, por conseguinte, gradualmente, reduzir o número de ações emergenciais. As ações para atendimento dessas situações devem ser rápidas e eficientes, e realizadas por equipes especializadas.

Julga-se e entende-se que, quanto mais for ajustado e melhor for mantido todo o sistema que circunda as diretrizes do saneamento, as situações de





emergência e contingência serão minimizadas, sem olvidar que a capacidade de atendimento é fato relevante para esse equilíbrio.

É importante destacar que situações emergenciais de operação desse complexo sistema normalmente acontecem por eventuais faltas de água e interrupções no abastecimento, as quais podem ocorrer por manutenção do sistema, eventualidades, problemas de contaminação, falhas no sistema, entre outros motivos.

Essas situações podem ser mitigadas com a manutenção preventiva do sistema, porém, é sabido que a ampliação da capacidade de atendimento reduz ocorrências de situações de emergência.

O ponto conclusivo de toda uma análise, sendo considerado um gargalo do saneamento brasileiro, é que a solução dos principais problemas nas situações de emergência ou de contingência diz respeito à alocação de recursos financeiros. Os recursos poderão provir do erário, de financiamentos em geral ou de parcerias público-privadas, na forma de concessões plenas ou parciais, nos termos da lei.

Dependendo de quão crítica for à situação de escassez ou de abrangência da contaminação de recursos hídricos, pode ser necessária a adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos - neste caso, a Prefeitura de Urandi. Segundo o artigo 46 da Lei n° 11.445/2007, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com o objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda. Para suprir a população da quantidade mínima necessária de água, deve-se fazer um abastecimento emergencial.

Tais medidas, por muitas vezes, se fazem necessárias, pois, para o atendimento à demanda prevista, a água é coletada em pontos de suprimento distantes e transportada em viaturas cisternas até os depósitos locais, sendo distribuída para a população. Esses tanques podem ser construídos muito rapidamente, com o uso de lonas ou de plásticos impermeabilizados.

Tendo em vista o modelo do sistema atual de coleta e armazenagem da água do Município de Urandi ser por meio de represamento superficial, os problemas de embargos emergências nessas zonas são mais remotos, porém pode acontecer contaminação proveniente de agrotóxicos.

Cabe ressaltar que, devido à rede interna da Cidade ser considerada antiga, proveniente da Administração Pública, não possuindo cadastro atualizado nem padrão unifilar de instalação devido às inúmeras ampliações executadas sem o devido projeto e planejamento, isso é considerado, neste momento, um dos pontos mais críticos, que pode ser fonte geradora de situações críticas.

Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127

Vale lembrar, sempre, que os pontos de suprimento de água devem fornecer água de boa qualidade e a água pode e deve ser desinfetada durante o transporte. Um método fácil de desinfecção é diluir o conteúdo de uma garrafa de água sanitária por viatura cisterna de 10 metros cúbicos de água.

Segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil, os sistemas de captação, tratamento, adução, distribuição e consumo de água potável são vulneráveis às contaminações acidentais ou mesmo intencionais, que podem ocorrer de forma súbita ou gradual, e colocar em risco a saúde e o bem estar das populações abastecidas (BRASIL, 1999b).

Não existem redes de distribuição absolutamente estanques; os riscos de contágio da água encanada, pela água existente no lençol freático, estão sempre presentes. Para que a água do freático adentre no encanamento danificado, é necessário que a pressão hidrostática do freático supere à da rede de distribuição, provocando uma inversão do gradiente de pressões. Essa situação ocorre nas interrupções do fluxo de água potável.

Quando o surto é circunscrito a um pequeno foco, é necessário considerar que a contaminação da água tenha ocorrido em cisternas e caixas d'água. As cisternas e caixas d'água devem ser muito bem vedadas, e, para funcionarem como reservatórios estanques devem ser inspecionados em intervalos regulares, e, quando se tornar necessário, devem ser muito bem limpas e desinfetadas.

Cumpre destacar que a Vigilância Epidemiológica (VE) permite caracterizar o surgimento de um surto epidêmico de doenças veiculadas pela água. A partir da constatação do surto, a investigação epidemiológica minuciosa permite definir as principais causas do problema, assim como os reservatórios de agentes infecciosos, os hospedeiros, as fontes de infecção e os mecanismos de transmissão. O controle de qualidade da água é da competência dos órgãos de vigilância sanitária, enquanto os poluentes químicos e radioativos são controlados pela vigilância ambiental.

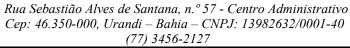
Observa-se, ainda, que, quando a falta de água é consequência de falta de energia elétrica, sistemas de geração autônoma de energia em elevatórias estratégicas podem solucionar o problema.

Tanto em situações críticas de abastecimento de água quanto de sistema de esgoto, deve ser estimado o tamanho da população sob risco e sua distribuição por área geográfica, bem como devem ser avaliados os riscos relativos a saneamento.

6.1 Combates e Ações em Relação à Rede de Distribuição de Água

Podem ser encontradas várias substâncias e compostos dissolvidos na água, tais como:

Substâncias calcárias e magnesianas, que tornam a água dura;





- Substâncias ferruginosas, que mudam a cor e as características da água;
- Substâncias e produtos resultantes das atividades humanas, como efluentes e resíduos industriais, agrotóxicos e outros produtos químicos que tornam a água imprópria para o consumo; e
- Resíduos sólidos e produtos resultantes da mineração, inclusive metais pesados, como o mercúrio e o arsênico.
 - A água também pode carregar, em suspensão, materiais como:
- Partículas finais do terreno, responsáveis pela sua turbidez;
- Substâncias laminadas, como as algas, que modificam o seu cheiro e sabor; e
- Organismos patogênicos transmitidos pelo homem, como vírus, bactérias, protozoários e helmintos causadores das chamadas doenças de contaminação fecal.
 - Os riscos para a saúde relacionados com a água estão ligados a doenças de veiculação hídrica e a produtos químicos perigosos. São eles:
- Riscos relacionados com a ingestão da água contaminada por agentes biológicos, como vírus, bactérias, protozoários e helmintos;
- Riscos relacionados com a penetração de helmintos que vivem na água, através da pele, como o Schistosoma mansoni;
- Enfermidades transmitidas por vetores cujo ciclo biológico, na fase larvar, ocorre na água, como a malária (transmitida por mosquitos do gênero Anophelis) e a febre amarela (transmitida por mosquitos do gênero Aedes);
- Riscos derivados de poluentes químicos e radioativos, geralmente levados para a água por efluentes e esgotos industriais, bem como por pesticidas de uso agrícola; e
- Riscos derivados de produtos perigosos, como o mercúrio, utilizados nas atividades de garimpagem.

Acidentes químicos podem causar contaminação de tal magnitude que deixam várias Cidades sem acesso à água para o atendimento de condições básicas da população, como aquele ocorrido em 29 de março de 2003, no Município de Cataguazes, Minas Gerais, envolvendo o rompimento de uma barragem de resíduos contendo substâncias químicas perigosas que atingiu os Rios Pomba e Paraíba do Sul.

Entre as doenças veiculadas pela água contaminada, há de destacar a cólera, a disenteria bacilar, a amebíase, a febre tifoide e paratifoide, a poliomielite, a hepatite A, aleptospirose e as gastrenterites provocadas por salmonelas, shiguelas e outros germes patógenos.

Caso sejam constatados, Unidades notificadoras deverão informar, de forma imediata, a ocorrência de:

Casos suspeitos de acidentes por animais peçonhentos, cólera, hepatites virais (A e E), febre tifoide, leptospirose e doença meningocócica e meningite por Haemophilus Influenzae; e



Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127

Surtos para as doenças que não constam da lista de notificação compulsória ou agravos inusitados de pelo menos dois casos epidemiologicamente vinculados.

A notificação desses casos deverá ser realizada por meio da abordagem sindrômica, de acordo com as seguintes categorias: síndrome diarreica aguda, síndrome ictérica aguda, síndrome hemorrágica aguda, síndrome respiratória aguda, síndrome neurológica ou outras síndromes.

Conforme o conjunto de Leis sobre Vigilância de Saúde deverá ser utilizada a Ficha de Notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) - disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/.

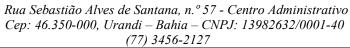
No caso da ocorrência desses agravos ou surtos, as fichas de notificação individual deverão ser preferencialmente, digitadas e transferidas diariamente, por meio magnético, ao nível hierárquico superior, conforme fluxo de dados do SINAN.

As Secretarias Estaduais de Saúde deverão receber diariamente os lotes desses Municípios. Após o recebimento dos lotes dos Municípios em estado de emergência, a Secretaria Estadual de Saúde deverá enviar imediatamente o lote de transferência para o Ministério da Saúde, sem prejuízo do envio de lotes regulares, de acordo com o calendário de envio de arquivos do SINAN.

Os dados relativos às fichas de investigação deverão ser digitados, após o encerramento dos casos, de acordo com os prazos definidos para o encerramento dos mesmos. Portanto, a entrada de dados relativos às informações da ficha de notificação deverá ser feita imediatamente, independentemente da ficha de investigação.

Caso haja dificuldades inerentes à inclusão e à transferência de dados, indicase o acompanhamento da notificação de casos de leptospirose e doença diarréica aguda por meio da Planilha de Notificação de Casos e Óbitos para Municípios Emergência em Estado de disponível http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/, a qual deve ser enviada diariamente às Secretarias Estaduais de Saúde, e estas deverão informar imediatamente à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), por meio do correio eletrônico <notifica@saude.gov.br>, dos telefones: (6I) 3153318/3153658 ou do fax símile (61) 3153657, sem prejuízo do registro imediato das notificações pelos procedimentos rotineiros do SINAN.

A Vigilância Epidemiológica (VE) do Município deverá enviar relatórios periódicos diários (ou no mínimo semanais) para a empresa/órgão responsável. visando a subsidiar a tomada de decisões, assim como deverá elaborar relatórios periódicos para os níveis hierárquicos superiores.





A instância central da VE dos Municípios e Estados deverá elaborar notas técnicas com base nos dados recebidos e fazer uma divulgação ampla para órgãos de imprensa, população e serviços de saúde.

Diante do exposto, o plano de contingência e emergência tem como diretriz básica e essencial, em um primeiro momento, a precaução, e, posteriormente, e não menos importante, a geração de medidas para minimizar a ocorrência de acidentes envolvendo os componentes do sistema de saneamento.

6.2 Combates e Ações em Relação ao Sistema de Esgotamento Sanitário

No caso do esgoto, o principal motivo de interrupção dos serviços é o vazamento, que poderá ocorrer, entre outras razões, por paralisação de elevatórias e entupimentos.

A primeira medida seria o acionamento imediato de uma equipe para atendimento emergencial. Como a produção de esgoto está diretamente relacionada ao consumo de água, outra medida possível é a emissão de alerta para contenção do consumo, e, caso não seja suficiente, deve-se partir para o racionamento.

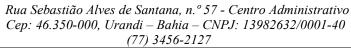
Os procedimentos a serem adotados em caso de acidente são os seguintes:

- Identificar áreas com estrutura danificada;
- Identificar abrangência da área afetada; e
- > Identificar se há casos de contaminação. Em caso afirmativo, encaminhar ao órgão de saúde, para os procedimentos indicados.

6.3 Plano de Ação para os Sistemas de Abastecimento de Água Potável e Coleta dos Esgotos Sanitários.

- EM CASOS DE ROMPIMENTOS DE ADUTORAS E REDES DE ÁGUA:
- a) Setorização das redes de distribuição para reduzir o trecho afetado;
- b) Instalação de equipamentos de monitoramento para identificação de vazamentos em estágios iniciais:
- c) Uso contínuo de equipes de caça vazamentos; e
- d) Comunicação adequada com os usuários afetados e garantia de suprimento de água por carro-pipa para hospitais.
- 2. EM CASOS DE ROMPIMENTOS DE EMISSÁRIOS E COLETORES DE ESGOTO:
- a) Disponibilidade de equipe treinada para orientar a população;
- b) Diagnóstico do problema;
- c) Comunicação adequada dos riscos e cuidados.







3. EM CASOS DE OCORRÊNCIA DE LONGOS PERÍODOS DE FALTA DE ENERGIA:

- a) Manutenção de volume adequado de reservação;
- b) Diagnóstico completo das áreas afetadas;
- c) Comunicação adequada; e
- d) Disponibilidade de carro-pipa para atendimento de hospitais e outros prédios onde são desenvolvidas atividades essenciais.
- 4. EM CASOS DE ATRIBUIÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE DOENÇAS ÀS ÁGUAS DE ABASTECIMENTO:
- a) Análise da água sob suspeita; e
- b) Apoio aos órgãos de saúde na investigação das causas das ocorrências.

7. Plano de Ação Preventiva e Educativa: informação à população

Uma das estratégias mais importantes em todo o plano é a prevenção. Dessa forma, cabe ao serviço responsável pela distribuição de água potável e pelo recolhimento de esgoto sanitário gerar estratégias de informação à população.

Essas informações englobam os sistemas de alerta, bem como as informações de educação em saúde, lembrando que as primeiras visam a alertar a população ao risco imediato a que ela está exposta, dirimir o pânico e restabelecer a ordem.

A questão da educação objetiva não somente atender aos momentos de crise instalada, como também atingir uma melhora de uso do sistema com um todo, possibilitando, assim, a proteção individual e coletiva.

Cabe à empresa responsável pelos serviços de Água e Esgoto elaborar e divulgar notas à imprensa, além de material informativo para educação em saúde, periodicamente, e sempre que julgar oportuno.

Faz-se necessário desencadear campanhas educativas em articulação com as instituições de ensino, com vistas a sensibilizar e mobilizar a comunidade para a mudança de comportamento em relação às causas e às medidas de proteção.

Uma dessas medidas é a limpeza dos reservatórios, necessária pelo fato de a rede de distribuição de água frequentemente apresentar vazamentos. O sistema doméstico de armazenamento de água pode ser contaminado, sendo preciso efetuar a sua desinfecção. Se faltar água nos canos, os locais de vazamentos permitem a entrada de água poluída na rede, contaminando os reservatórios.

Rua Sebastião Alves de Santana, n.º 57 - Centro Administrativo Cep: 46.350-000, Urandi – Bahia – CNPJ: 13982632/0001-40 (77) 3456-2127



7.1 Defesa Civil

Por definição, Defesa Civil é o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, com o propósito de evitar ou minimizar desastres, procurando, ao mesmo tempo, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade do convívio social. Essas ações são articuladas pelos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

A sua atuação é voltada a reduzir os desastres, desde a prevenção até a recuperação.

Assim, a Defesa Civil desenvolve suas atividades em quatro fases:

- Preventiva: desenvolvida em períodos de normalidade, é fase de extrema importância, por ser o momento de elaboração de planos e dos exercícios simulados, destinados ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do sistema de autodefesa, conforme os riscos de cada região ou Município;
- Socorro: os trabalhos desta fase atuam direto nos efeitos da ocorrência e são desenvolvidos com emprego coordenado de pessoal treinado dos vários órgãos envolvidos, conforme planos preestabelecidos. É a fase, por exemplo, da extinção do incêndio, dos resgates de vítimas, da evacuação etc.;
- Assistencial: os trabalhos da fase assistencial ocorrem concomitantemente ou logo depois do impacto violento da emergência. Constituem-se em abrigo, alimentação e assistência médica à população atingida; e
- Recuperativa: a fase recuperativa nas obras para reparos dos danos é a mais longa e onerosa. É o período dos investimentos, visando à volta à normalidade da área atingida, recuperando as condições anteriores da vida comunitária. Neste período, fecha-se o ciclo do atendimento da emergência e inicia-se a prevenção de novos desastres.

Em qualquer fase desse trabalho, o regime é de cooperação entre os níveis de Governo e a comunidade, com aproveitamento máximo dos recursos disponíveis.

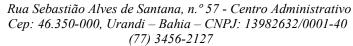
Cumpre observar que a estrutura de Defesa Civil deverá contar com equipes de vistoria os responsáveis pelas seguintes atividades:

- Atualização de dados;
- 2. Identificação e análise de riscos; e
- 3. Divulgação de informações e conscientização da população.

A intervenção em emergência deverá seguir uma sequência de procedimentos previamente estruturados:

1. Acionamento: sistema de comunicação, sistema de atendimento, órgãos e entidades públicas, subsistemas operacionais;







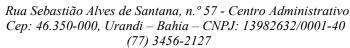
- 2. Avaliação: dimensão da emergência e suas consequências, táticas e técnicas disponíveis para o controle e extensão da emergência, articulação de meios mediante as necessidades apresentadas;
- 3. Alerta: instalações vizinhas, sistema de saúde da região abastecimento de água;
- 4. Monitoramento: áreas de risco, meio ambiente;
- 5. Interdição: circulação de pessoas e veículos, áreas internas, áreas externas;
- 6. Paralisação: sistemas de transmissão, sistemas de produção e geração, sistema de transferência e recebimento;
- 7. Desocupação: retirada de pessoas da comunidade interna e circunvizinha, retirada de materiais que possam contribuir para agravar as consequências; e
- 8. Logística: suprimento de alimentação, abrigo, recursos materiais e humanos para o atendimento das equipes que atuam na emergência e de possíveis desabrigados.

O envolvimento das equipes da Prefeitura em apoio às ações de Defesa Civil engloba, mas não se limita a:

- 1. Disponibilizar recursos humanos (braçais, operador de equipamento e transporte);
- 2. Oferecer capacitação e atualização para a equipe de voluntários da Brigada Anti-fogo;
- 3. Disponibilizar recursos materiais (veículos, máquinas e equipamentos);
- 4. Medicar e acompanhar a evolução do quadro clínico das vítimas (interna e externamente);
- 5. Disponibilizar instalações (escolas, ginásio de esportes, centros comunitários, igrejas etc.);
- 6. Prover recursos (alimentação, colchonete, medicamentos etc.);
- 7. Cadastrar e assistir (remoção, acomodação, encaminhamentos etc.) os fia-gelados; e
- 8. Estabelecer a forma de acionamento (telefone, e-mail, pager etc.) e os recursos humanos e materiais envolvidos para o controle dos riscos, bem como definir as competências, responsabilidades e obrigações das equipes de trabalho, e as providências a serem adotadas em caso de acidente ou emergência.

Por fim, é imprescindível acrescentar que o Plano de Ação para Emergências e Contingências deve ser visto como um documento dinâmico. Os problemas surgem, as situações se alteram, falhas são identificadas, a legislação sofre mudanças e novos conhecimentos são agregados. Por isso, o Plano de Ação deve sofrer uma manutenção sistemática, que garanta a sua aplicabilidade ao longo do tempo.







8. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES PROGRAMADAS

O presente capítulo tem a finalidade de apresentar a sistemática para avaliação da eficiência e eficácia das ações programadas. Para a análise dos indicadores de qualidade dos serviços prestados e atendidos em nível Municipal em Urandi foi adotada uma metodologia, a seguir descrita, a qual vem sendo não apenas um ponto básico.

8.1 Indicador de Controle de Vetores (ICV)

Finalidade: identificar a necessidade de programas preventivos de redução e eliminação dos vetores transmissores e/ou hospedeiros de doenças.

E calculado a partir da média ponderada entre os Indicadores de Dengue (IVD), de Esquistossomose (IVE) e de Leptospirose (IVL). Critério de cálculo:

$$|cv - < (|v|D + |VE|/2 +)|vL/2|$$

- a) Indicador de Dengue (IVD):
- I. Finalidade: identificar a necessidade de programas preventivos de redução e eliminação dos vetores transmissores e/ou hospedeiros da doença.
- II. Responsável pela informação: Superintendência de Controle de Endemias.
- III. Pontuação: conforme o Quadro 1:

Quadro 3- Pontuação do Indicador de Dengue.

Critério População	IVD
Municípios sem infestação por Aedes Aegypti nos últimos 12 meses	100
Municípios infestados por Aedes Aegypti e sem transmissão de dengue nos últimos 5 anos	50
Municípios com transmissão de dengue nos últimos 5 anos	25
Municípios com maior risco de ocorrência de dengue hemofrágico	0

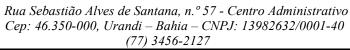
Fonte: Secretaria de Saúde de Urandi

IV. Periodicidade de atualização: anual (dezembro).

b) Indicador de Esquistossomose (IVE):

- I. Finalidade: identificar a necessidade de programas preventivos de redução e eliminação dos vetores transmissores e/ou hospedeiros da doença.
- II. Responsável pela informação: Órgão de Saúde.
- III. Pontuação: conforme o Quadro 2:







Quadro 2 - Pontuação do Indicador de Esquistossomose

Critério População	IVE
Municípios sem casos de esquistossomose nos últimos 5 meses	100
Municípios com incidência anual < 1	50
Municípios com incidência anual ≥ 1 e < 5	25
Municípios com incidência anual ≥ 5 (média dos últimos 5 anos)	0

Periodicidade de atualização: anual (dezembro).

- c) Indicador de Leptospirose (IVL):
- I. Finalidade: identificar a necessidade de programas preventivos de redução e eliminação de ratos.
- II. Responsável pela informação: Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia.
- III. Pontuação: conforme o Quadro 3:

Quadro 4 - Pontuação do Indicador de Leptospirose.

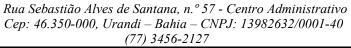
Critério População	IVL
Municípios sem enchentes e sem casos de leptospirose nos últimos 5 anos	100
Municípios com enchentes e sem casos de leptospirose nos últimos 5 anos	50
Municípios sem enchentes e com casos de leptospirose nos últimos 5 anos	25
Municípios com enchentes e com casos de leptospirose nos últimos 5 anos	0

9. CONCLUSÃO

O presente estudo apresentou a situação atual dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Urandi, apontando as diretrizes para expansão em um horizonte de 30 anos.

Para garantia dos investimentos e obras que se fizerem necessárias, este Plano Municipal de Saneamento Básico deverá servir como referência para a contratação de empresa prestadora destes dois serviços públicos para a

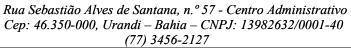






operação dos sistemas atuais e futuros de abastecimento de água e esgotamento sanitário, elaboração dos necessários estudos de alternativas técnicas e estudos de concepção que consolidarão a conformação final dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário da cidade, bem como, permitirão a determinação das obras e ações necessárias para se atingir essa nova conformação.







Referências Bibliográficas

BAHIA. Constituição do Estado da Bahia. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1989.

BANCO MUNDIAL. Regulação do Setor Saneamento no Brasil. Prioridades Imediatas. Brasília: Banco Mundial, 1999. 14p. Não Publicado.

BENJAMIN, A. H. Aspectos jurídicos que envolvem o direito ao saneamento ambiental. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Não publicado. BORJA, Patrícia C e Moraes, LRS O acesso às ações e serviços de saneamento básico como um direito social. Guia do Profissional em treinamento: Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico -RECESA, 2008.

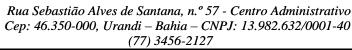
BORJA, Patrícia C.; ELBACHÁ, Adma T. Política de Saneamento do Estado da Bahia: Uma avaliação crítica. In: CONGRESSO BRASILEIRO ENGENHARIASANITÁRIA E AMBIENTAL, 18, 1995, Salvador. Anais... Rio de Janeiro: ABES, 1995.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em 04 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/Leis/L9795.htm Acesso em 02 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> Acesso em: 02 nov. 2018.







EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO № 133/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 054/2019 DISPENSA № 023/2019

CONTRATANTE - **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URANDI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 11.229.565/0001-61, com sede à Praça Deputado Henrique Brito, Nº. 124, Conjunto Hospitalar Padre Antônio Manoel — DC 5, na cidade de Urandi / BA, neste ato representado pelo senhor **Péricles Tiago Leal Luz Públio**, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG. nº. 09857979-75 e CPF nº. 016.482.595-96, de ora em diante denominado **COTRATANTE**.

CONTRATADA - **REFORMAR CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.065.248/0001-08 com sede na Avenida José Neves Teixeira, 2872, bairro Sandoval Moraes II na cidade de Guanambi − BA, representada pela senhora Bruna Brito Fernandes portadora do RG: 1513715127 SSP − BA e CPF: 040.569.835-69 doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato decorrente, mediante as Cláusulas e condições a seguir enunciadas.

INTERVENIENTE ANUENTE - MUNICÍPIO DE URANDI — ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 13.982.632/0001-40, com sede a Rua Sebastião Alves Santana, 57, Centro, Urandi / BA, neste ato representado pelo prefeito, Senhor **DORIVAL BARBOSA DO CARMO**, brasileiro, casado, médico, Portador do RG. nº. MG-5.249.312 e CPF nº. 733.993.886-91, residente e domiciliado nesta cidade de Urandi / BA, CEP: 46.350-000.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de pessoa jurídica para realizar os serviços de manutenção corretiva com reposição de peças nos equipamentos do Hospital Municipal Padre Antônio Manoel da Rocha.

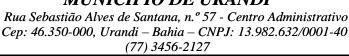
VALOR: O valor global dos serviços é de **R\$ 17.350,00** (dezessete mil trezentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a partir da data de sua assinatura.

Urandi, Estado da Bahia, em 11 de setembro de 2019.

O teor da Declaração acima foi publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Urandi, Estado da Bahia.

Dorival Barbosa do Carmo - Prefeito Municipal -





EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO № 134/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 056/2019 DISPENSA № 024/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URANDI – BA, CNPJ nº 13.982.632/0001-40, com sede a Rua Sebastião Alves Santana, 57 − Centro, Urandi-BA, Cep: 46350 − 000, representado pelo Prefeito Municipal − **DORIVAL BARBOSA DO CARMO**, brasileiro, casado, médico, RG-MG nº. 5.249.312, CPF 733.993.886-91.

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SERTÃO – CDS-ALTO SERTÃO, Autarquia Interfederativa, do tipo Associação Pública, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.635.734/0001-02, com sede na Rua da Chácara, n° 294, Bairro Chácara, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46.400-000, neste ato representado por seu Presidente, JUSCÉLIO ALVES FONSECA, portador do CPF n°. 053.826.400507.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a prestação de serviço de bem público gerido pelo CONTRATADO, referente a utilização pelo CONTRATANTE de 1 (um) **Rolo Compactador.**

VALOR: O valor global é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 de setembro de 2019 a 06 de outubro de 2019.

Urandi, Estado da Bahia, em 06 de setembro de 2019.

Dorival Barbosa do Carmo - Prefeito Municipal -



RUA SEBASTIÃO ALVES DE SANTANA, N.º 57 - CENTRO ADMINISTRATIVO CEP: 46.350-000, URANDI – BAHIA – CNPJ: 13982632/0001-40



TERMO DE RETIFICAÇÃO

ATA Nº 06 -PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 023/2019- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 040/2019

EMPRESA - BRASMÉDICA COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, inscrita no CNPJ: 10.197.423/0001-05, com sede à Avenida Prefeito José Neves Teixeira, 2911, Bairro: Ipanema, Guanambi - BA, CEP: 46.430-000, representada pelo senhor ROMILDO RAMOS SOBRINHO, portadora do RG: 07.975.087-75 SSP/BA e CPF: 886.922.805-34, residente à Rua Geraldo Nunes Nogueira, 25, Bairro: Sandoval Morais I, Guanambi-BA, CEP: 46.430-000.

OBJETO

Registrar Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, insumos, equipamentos e materiais odontológicos destinados a manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Urandi-BA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QUANT.	MARCA	V.UN.R\$	V.TOTAL R\$
1.	ACIDO FOSFÓRICO 37% EMBALAGEM					
	COM 03 UNIDADES, 3G UNIDADE					
	,	UND	72	BIODINAMICA	5,79	416,88
2.	ADESIVO DENTAL TIPO PRIMER 4ML	UND	45	VIGODENTE	42,12	1.895,40
3.	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL					
	CURTA 30G(0.30X 25MM)- CAIXA COM					
	100 UNIDADES	UND	60	PROCARE	32,34	1.940,40
4.	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL					
	LONGA 30G(0,30 X 30MM)- COM 100					
	UNIDADES	UND	30	PROCARE	28,94	868,20
5.	ALGODÃO ROLETE DENTAL -					
	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	UND	150	SSPLUS	2,49	373,50
6.	ANESTÉSICO COM VASO CONSTRITOR					
	CX. COM 50					
	TUBETES(PREFERENCIALMENTE					
	1:100.000)	UND	200	DFL	94,31	18.862,00
7.	ANESTÉSICO SEM VASO CONSTRITOR CX				97,50	
	COM 50 TUBETES	UND	10	CRISTALIA		975,00
8.	ANESTÉSICO TÓPICO 12GRS	UND	36	DFL	11,03	397,08
9.	CARBONO PARA ARTICULAÇÃO DUPLA	UND	36	ANGELUS	2,77	
	COR 12 TIRAS					99,72
	BROCA DIAMANTADA 1012	UNID	30	MICRODONT	4,87	146,10
11.		UNID	15	MICRODONT	2,50	37,50
12.		UNID	12	MICRODONT	2,50	30,00
13.		UNID	25	MICRODONT	2,50	62,50
14.		UNID	25	MICRODONT	2,50	62,50
15.		UNID	12	MICRODONT	2,50	30,00
16.		UNID	12	MICRODONT	2,50	30,00
17.		UNID	08	MICRODONT	2,50	20,00
18.		UNID	20	MICRODONT	2,50	50,00
19.		UNID	12	MICRODONT	2,50	30,00
20.		UNID	12	MICRODONT	2,50	30,00
21.		UNID	12	MICRODONT	2,50	30,00
22.		UNID	10	MICRODONT	2,58	25,80
23.						73,40
	LÂMINAS № 703 XC	UNID	10	KAVO	7,34	
24.	BROCA CARBIDE FG CIRURGICA 6					
	LÂMINAS № 701 XC	UNID	06	KAVO	7,34	44,04
	BROCA DIAMANTADA 1014	UNID	40	MICRODONT	2,50	100,00
26.	CIMENTO FOSFATO DE ZINCO LIQUIDO					
	10ML	UND	03	COLTENE	18,24	54,72
27.	CIMENTO FOSFATO DE ZINCO PÓ 28GRS					_,
		UND	03	COLTENE	18,25	54,75

61 quinta•feira, 12 de setembro de 2019 • ano vi | n $^{\circ}$ 1647





CATALISADORA 11G E 01 BLOCO DE MISTURA		CEP: 46.350-000, URANDI	– ВАПІА	1 – CNFJ. 13	962032/0001-40		
10G	28.	PASTA. CONTENDO: 01 TUBO DE PASTA BASE 13G, 01 TUBO DE PASTA CATALISADORA 11G E 01 BLOCO DE	UND	12	TECNEW	23,05	276,60
LIQUIDO 8G	29.		UND	06	SSWHITE	54,89	329,34
31. CIMENTO IONÓMERO DE VIDRO R -	30.		UND	06	SSWHITE	34,93	209,58
32. CIMENTO IONÓMERO DE VIDRO R - PÓ	31.		UND	12	FGM	16.07	
33. CIMENTO ONDO DE ZINCO SOG	32.	CIMENTO IONÔMERO DE VIDRO R – PÓ					312,60
34	33				+		•
SECUNHA CERVICA DE MADEIRA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES UND 15							
EMBALAGEM COM 100 UNIDADES			OND	100	VICTITATORA	23,30	2.550,00
36	33.	•	UND	15	AAF	10.73	160,95
37. ESCOVA DE ROBSON-PROFILAXIA UND 252 MICRODONT 1,82 458.6	36.	DISCO DE FELTRO PARA POLIMENTO					
38	27	ECCOVA DE DODCON DOCELAVIA					
39. EUGENOL 20ML 40. FIO DE SUTURA SEDA AGULHADO 3.0, AGULHA ½ CIRCULO E TRIANGULAR, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, 45 CM COM 24 UNIDADES UND 145 TECNEW 2,69 390,0 41. FIO DENTAL COM 500 M 42. FLÚOR GEL TÓPICO (PARA O CONSULTÓRIO) 200ML UND 15 IODONTUSUL 7,53 112,9 43. FORMOCRESOL 10ML UND 08 TECNEW 18,32 146,5 45. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND 08 FGM 20,86 166,8 46. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND 08 FGM 20,86 166,8 46. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND 08 FGM 20,86 166,8 46. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND 09 MADURA 15 MAQUIRA 17. LAMINA DE BISTURI Nº 15 CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 48. LAMINA DE BISTURI Nº 15 CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR —COM 12 UNDADES UND 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 28,94 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 28,94 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 28,94 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 28,94 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 28,94 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 16 MAQUIRA 28,94 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 16 MAQUIRA 28,94 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 16 MAQUIRA 28,94 57. MAQUIRA 28,94 58,94		ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLIZADO(GELATINA) LIOFILIZADA-	UND	252	MICRODONT	1,82	458,64
40. FIO DE SUTURA SEDA AGULHADO 3.0, AGULHA ½ CIRCULO E TRIANGULAR, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, 45 CM COM 24 UNIDADES 41. FIO DENTAL COM 500 M UND 09 MEDPIO 10,64 95,7 42. FLÚOR GEL TÓPICO (PARA O CONSULTÓRIO) 200ML UND 15 IODONTUSUL 7,53 112,9 43. FORMOCRESOL 10ML UND 04 BIODINAMICA 6,49 25,9 44. HEMOSTÁTICO TÓPICO 10ML UND 08 TECNEW 18,32 146,5 44. HEMOSTÁTICO TÓPICO 10ML UND 08 TECNEW 18,32 146,5 45. HIDROCORTISONA 10MG/ML SULFATO DE POLIMIXINA B 10,000UI/M (OTOSPORIM) FRASCO COM 10ML UND 08 FGM 20,86 166,8 46. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND 15 MAQUIRA 6,94 104,1 47. LAMINA DE BISTURI № 15 CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 48. LAMINA DE BISTURI № 15 CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM UND 30 MAQUIRA 2,89 231,2 51. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,89 231,2 UND 72 QUIMIDROL 38,92 973,0 55. MATRIZ DE POLISTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 38,92 973,0 55. MATRIZ DE POLISTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 38,92 973,0 55. MATRIZ DE POLISTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 12 MAQUIRA 2,89 231,2 UNIDADES P E 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 22,84 85,2 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 22,84 S5,2 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 22,84 S5,2 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 22,84 S5,2 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 22,84 S5,2 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 228,94 S5,2 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 228,94 S5,2 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 228,94 S5,2 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQ			UND	25	MAQUIRA	54,89	1.372,25
AGULHA ½ CIRCULO E TRIANGULAR, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, 45 CM COM 24 UNIDADES UND 145 TECNEW 2,69 390,0 41. FIO DENTAL COM 500 M UND 99 MEDPIO 10,64 95,7 42. FLÚOR GEL TÓPICO (PARA O CONSULTÓRIO) 200ML UND 15 IODONTUSUL 7,53 112,9 43. FORMOCRESOL 10ML UND 04 BIODINAMICA 6,49 25,9 44. HEMOSTÁTICO TÓPICO 10ML UND 08 TECNEW 18,32 146,5 45. HIDROCORTISONA 10MG/ML SULFATO DE POLIMIXINA B 10,000UI/M (OTOSPORIM) FRASCO COM 10ML UND 08 FGM 20,86 166,8 46. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND 15 MAQUIRA 6,94 104,1 47. LAMINA DE BISTURI N® 15 CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 48. LAMINA DE BISTURI N® 15C CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 38,92 973,0 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR –COM 12 UNIDADES UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÔLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAINA ROTAÇÃO 250ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCLANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 28,94 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCLANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 28,94 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE POSCLANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 28,94 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO	39.	EUGENOL 20ML	UND	04	MAQUIRA	14,96	59,84
42. FLÚOR GEL TÓPICO (PARA O CONSULTÓRIO) 200ML	40.	AGULHA ½ CIRCULO E TRIANGULAR, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, 45 CM COM	UND	145	TECNEW	2,69	390,05
CONSULTÓRIO) 200ML	41.	FIO DENTAL COM 500 M	UND	09	MEDFIO	10,64	95,76
43. FORMOCRESOL 10ML UND 04 BIODINAMICA 6,49 25,9 44. HEMOSTÁTICO TÓPICO 10ML UND 08 TECNEW 18,32 146,5 45. HIDROCORTISONA 10MG/ML SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000UI/M (OTOSPORIM) FRASCO COM 10ML UND 08 FGM 20,86 166,8 46. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND 15 MAQUIRA 6,94 104,1 47. LAMINA DE BISTURI № 15 CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 48. LAMINA DE BISTURI № 15C CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,89 231,2 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 146,1 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UNIDADES P E 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 10 BIODINAMICA 383,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 2,84 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORTELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 2,89 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORTELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 2,89 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORTELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 2,89 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94	42.	FLÚOR GEL TÓPICO (PARA O					
44. HEMOSTÁTICO TÓPICO 10ML UND 08 TECNEW 18,32 146,5 45. HIDROCORTISONA 10MG/ML SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000UI/M (OTOSPORIM) FRASCO COM 10ML UND 08 FGM 20,86 166,8 46. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND DIDIADES UND 15 MAQUIRA 6,94 104,1 47. LAMINA DE BISTURI № 15 CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 48. LAMINA DE BISTURI № 15C CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,89 231,2 51. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,89 231,2 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 146,1 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÖLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CA		CONSULTÓRIO) 200ML	UND	15	IODONTUSUL	7,53	112,95
45. HIDROCORTISONA 10MG/ML SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000UI/M (OTOSPORIM) FRASCO COM 10ML UND 08 FGM 20,86 166,8 46. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND 15 MAQUIRA 6,94 104,1 47. LAMINA DE BISTURI № 15 CX COM 100 UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 48. LAMINA DE BISTURI № 15C CX COM 100 UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,84 85,2 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 146,1 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,94	43.		UND	04	BIODINAMICA	6,49	25,96
DE NEOMICINA 5MG/ML SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000UI/M (OTOSPORIM) FRASCO COM 10ML UND 08 FGM 20,86 166,8 46. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND 15 MAQUIRA 6,94 104,1 147. LAMINA DE BISTURI № 15 CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 48. LAMINA DE BISTURI № 15C CX COM 100 UNIDADES UND DIADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 23,94 231,2 50. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 146,1 2,03 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 38,92 973,0 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UNIDADES PE 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 30,24 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 5,79 E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML PARA AND PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 14 MAQUIRA 282,7 30,34 DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94	44.		UND	08	TECNEW	18,32	146,56
46. HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA 10G UND 15 MAQUIRA 6,94 104,1 47. LAMINA DE BISTURI № 15 CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 48. LAMINA DE BISTURI № 15C CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,84 85,2 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 146,1 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7	45.	DE NEOMICINA 5MG/ML SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000UI/M					
47. LAMINA DE BISTURI № 15 CX COM 100 UNIDADES 48. LAMINA DE BISTURI № 15C CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,84 85,2 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 146,1 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UNIDADES P E 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7					+	-	166,88
UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 48. LAMINA DE BISTURI № 15C CX COM 100 UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X5500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,84 85,2 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 146,1 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR −COM 12 UNIDADES P E 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 42,12 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 µM UND 12 MAQUIRA 282,7 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94 28,94			UND	15	MAQUIRA	6,94	104,10
UNIDADES UND 06 SOLIDOR 29,94 179,6 49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,84 85,2 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 146,1 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 μΜ UND 12 MAQUIRA 282,7 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94 28,94		UNIDADES	UND	06	SOLIDOR	29,94	179,64
49. MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM UND 80 MAQUIRA 2,89 231,2 50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,84 85,2 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 2,03 146,1 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 μΜ UND 12 MAQUIRA 282,7 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94	48.		UND	06	SOLIDOR	29 94	179 64
50. MATRIZ DE AÇO 0,05X7X500MM UND 30 MAQUIRA 2,84 85,2 51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 146,1 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 μΜ UND 12 MAQUIRA 282,7 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94 28,94	49						231,20
51. MATRIZ DE POLIÉSTER 10 X 120 X 0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 2,03 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UNIDADES P E 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 μΜ UND 12 MAQUIRA 282,7 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94	-				·		85,20
0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES UND 72 QUIMIDROL 146,1 52. MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UNIDADES P E 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7 μΜ 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94	-				-,		22,20
APLICAÇÃO DE FLÚOR -COM 12 UNIDADES P E 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7 μΜ 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94			UND	72	QUIMIDROL	,	146,16
UNIDADES P E 12 UNIDADES G UND 25 QUIMIDROL 38,92 973,0 53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 μΜ UND 12 MAQUIRA 282,7 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94 28,94	52.	MOLDEIRA DESCARTÁVEL PARA					
53. ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 250ML 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 μM 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94		APLICAÇÃO DE FLÚOR —COM 12					
E BAIXA ROTAÇÃO 250ML UND 12 MAQUIRA 395,1 54. PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO 20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7 μΜ 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94			UND	25	QUIMIDROL	3 <mark>8,92</mark>	973,00
20ML UND 10 BIODINAMICA 83,4 55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7 μΜ 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94	53.		UND	12	MAQUIRA	<mark>5,79</mark>	395,16
55. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7 μΜ 56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94	54.					42,12	
DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6 UND 12 MAQUIRA 282,7 μM 28.79			UND	10	BIODINAMICA		83,40
56. PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO 28,94	55.	DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6	UND	12	MAQUIRA	32,34	282,72
	56.	PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO				<mark>28,94</mark>	

QUINTA•FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2019 • ANO VI | Nº 1647





MUNICÍPIO DE URANDI

RUA SEBASTIÃO ALVES DE SANTANA, N.º 57 - CENTRO ADMINISTRATIVO CEP: 46.350-000, URANDI – BAHIA – CNPJ: 13982632/0001-40

		UND	25	FGM		373,00
57.	PASTA PROFILÁTICA 90G	UND	18	VILLEVE	2,49	238,68
58.					94,31	
	PROFILAXIA/POLIMENTO PACOTE					
	100GRS	UND	20	QUIMIDROL		120,40
59.					97,50	•
	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	UND	140	FGM		1.926,40
60.	POMADA PARA ALVEOLITE, FRASCO				11,03	•
	COM 10G	UND	12	BIODINAMICA		380,88
61.	PONTA DE BORRACHA ABRASIVA SHOFU				<mark>2,77</mark>	
		UND	25	DEDECO		442,75
62.	PONTA ENHANCE PARA COMPÓSITO-				<mark>4,87</mark>	
	TIPO DISCO –CAIXA C/ 7 UNIDADES					
		UND	12	DENTSPLAY		1.548,00
63.	PONTA ENHANCE PARA COMPÓSITO-				<mark>2,50</mark>	
	TIPO PERA –CAIXA C/ 7 UNIDADES					
		UND	12	DENTSPLAY		1.548,00
64.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A 1 4G	UND	12	COLTENE	<mark>2,50</mark>	234,72
65.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A 2 4G	UND	72	COLTENE	<mark>2,50</mark>	1.408,32
66.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A 2 4G	UND	60	COLTENE	<mark>2,50</mark>	
	Dentina					1.173,00
67.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A 3 4G	UND	72	COLTENE	<mark>2,50</mark>	1.408,32
68.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A 3 4G	UND	60	COLTENE	<mark>2,50</mark>	
	Dentina					1.173,60
69.	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A 3,5 4G	UND	40	COLTENE	<mark>2,50</mark>	
						782,40
70.		UND	10	COLTENE	<mark>2,50</mark>	195,60
71.					<mark>2,50</mark>	
	Dentina	UND	08	COLTENE		156,48
72.		UND	10	COLTENE	<mark>2,50</mark>	195,60
73.	-				<mark>2,50</mark>	
	20ML	UND	18	SSWHITE		456,30
74.	RESTAURADOR PROVISÓRIO PÓ 50G	UND	18	SSWHITE	<mark>2,58</mark>	523,08
75.	_ · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				<mark>7,34</mark>	
	PASTILHAS	UND	36	BIODINAMICA		514,80
76.	SELANTE DENTAL, FRASCO COM 5ML				<mark>7,34</mark>	
		UND	10	BIODINAMICA		273,00
77.	SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9%,				<mark>2,50</mark>	
	FRASCO COM 100 ML	UND	200	JP		450,00
78.	SUGADOR DESCARTÁVEL, PACOTE COM				<mark>18,24</mark>	
	40 UNIDADES	UND	160	SSPLUS		1.024,00
79.	,				<mark>18,25</mark>	
	– PACOTE COM 10 UNIDADES					21,84
		UND	12	MICRODONT		
80.	3 /		4-	MICROSONIT	<mark>23,05</mark>	46= ==
	DÚZIA	UND	15	MICRODONT		165,75
81.					<mark>54,89</mark>	
	ACABAMENTO DENTAL 170X4MM COM		4.5			
	150 UNIDADES	UND	12	MICRODONT		209,64
	TOTAL DO LOTE 20, R\$ 53.449,99 (CINQUE	N FA E TRE	S MIL, QUAT	KOCENTOS E QUAREN	NIA E NOVE REAIS	53.449,99
E NOVE	NTA E NOVE CENTAVOS)					

FICAM RETIFICADOS OS VALORES UNITÁRIOS REFERENTES AOS ITENS 53 AO 81 DO LOTE 20, CONFORME PLANILHA CORRIGIDA ABAIXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QUANT.	MARCA	V.UN.R\$	V.TOTAL R\$
1.	ACIDO FOSFÓRICO 37% EMBALAGEM COM 03 UNIDADES, 3G UNIDADE					
	,	UND	72	BIODINAMICA	5,79	416,88

63 quinta-feira, 12 de setembro de 2019 - ano vi \mid n o 1647





1.895,40 1.940,40 868,20 373,50 18.862,00 975,00
868,20 373,50 18.862,00
868,20 373,50 18.862,00
868,20 373,50 18.862,00
373,50 18.862,00
373,50 18.862,00
373,50 18.862,00
18.862,00
18.862,00
•
•
•
•
975.00
397,08
397,08
99,72
146,10
37,50
30,00
62,50
62,50
30,00
30,00
*
20,00
50,00
30,00
30,00
30,00
25,80
73,40
44,04
100,00
100,00
54,72
34,72
54,75
34,73
276,60
2,0,00
329,34
209,58
192,84
·
312,60
23,16
2.550,00
160,95
160,95
160,95
160,95 221,76





	CEP: 46.350-000, URANDI	– БАПІ	1 – CNFJ. 13	982032/0001-40		
	HIDROLIZADO(GELATINA) LIOFILIZADA-					
	BLISTER COM 10 UNIDADE					
		UND	25	MAQUIRA	54,89	1.372,25
39.	EUGENOL 20ML	UND	04	MAQUIRA	14,96	59.84
40.					- 1,000	55,61
	AGULHA ½ CIRCULO E TRIANGULAR,					
	ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, 45 CM COM					
	24 UNIDADES					
		UND	145	TECNEW	2,69	390,05
41.		UND	09	MEDFIO	10,64	95,76
42.	FLÚOR GEL TÓPICO (PARA O CONSULTÓRIO) 200ML	LIND	15	IODONTUSUI	7.52	112.05
43.		UND	15 04	IODONTUSUL BIODINAMICA	7,53 6,49	112,95 25,96
44.		UND	08	TECNEW	18,32	146,56
45.		OND	08	TECINEVV	10,32	140,50
13.	DE NEOMICINA 5MG/ML SULFATO DE					
	POLIMIXINA B 10.000UI/M					
	(OTOSPORIM) FRASCO COM 10ML					
		UND	08	FGM	20,86	166,88
46.		UND	15	MAQUIRA	6,94	104,10
47.						
	UNIDADES	UND	06	SOLIDOR	29,94	179,64
48.		LINID	0.5	COLUDOR	20.04	470.64
40	UNIDADES MATRIZ DE AÇO 0,05X5X500MM	UND	06 80	SOLIDOR MAQUIRA	29,94 2,89	179,64 231.20
50.		UND	30	MAQUIRA	2,89	85,20
51.	* ',	OND	30	MAQOINA	2,03	83,20
31.	0,05MM, PACOTE 50 UNIDADES	UND	72	QUIMIDROL	2,03	146,16
52.				- Commence		
	APLICAÇÃO DE FLÚOR –COM 12					
	UNIDADES P E 12 UNIDADES G	UND	25	QUIMIDROL	38,92	973,00
53.						
	E BAIXA ROTAÇÃO 250ML	UND	12	MAQUIRA	<mark>32,93</mark>	395,16
54.	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO		10	5165111414161	8,34	00.40
	20ML	UND	10	BIODINAMICA		83,40
55.	PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE PORCELANAS E LIGAS METÁLICAS, 6	UND	12	MAQUIRA	<mark>23,56</mark>	282,72
	μM	UND	12	IVIAQUINA	25,50	202,72
56.						
	DE RESINAS COMPOSTAS, 3 μΜ					
		UND	25	FGM	<mark>14,92</mark>	373,00
57.	PASTA PROFILÁTICA 90G	UND	18	VILLEVE	<mark>13,26</mark>	238,68
58.	PEDRA POMES EXTRA FINA PARA					
	PROFILAXIA/POLIMENTO PACOTE					
	100GRS	UND	20	QUIMIDROL	<mark>6,02</mark>	120,40
59.	•	LINID	140	TCN4	12.76	1 026 40
60.	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES POMADA PARA ALVEOLITE, FRASCO	UND	140	FGM	13,76	1.926,40
00.	COM 10G	UND	12	BIODINAMICA	31,74	380,88
61.		OND	12	BIODIIVAIVIICA	31,74	300,00
01.	TOTAL DE BOTTO CONTROL DE CONTROL	UND	25	DEDECO	<mark>17,71</mark>	442,75
62.	PONTA ENHANCE PARA COMPÓSITO-					
	TIPO DISCO –CAIXA C/ 7 UNIDADES					
	·	UND	12	DENTSPLAY	<mark>129,00</mark>	1.548,00
63.	PONTA ENHANCE PARA COMPÓSITO-					
	TIPO PERA –CAIXA C/ 7 UNIDADES					
	,	UND	12	DENTSPLAY	<mark>129,00</mark>	1.548,00
64.		UND	12	COLTENE	<mark>19,56</mark>	234,72
65.		UND	72	COLTENE	<mark>19,56</mark>	1.408,32
66.		UND	60	COLTENE	40.55	1 173 00
67.	Dentina RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A 3 4G	LIND	72	COLTENE	19,55 19,56	1.173,00
0/.	NLSINA FOTOPOLIIVIERIZAVEL A 3 40	UND	72	COLTENE	19,50	1.408,32

65 quinta•feira, 12 de setembro de 2019 • ano vi | $^{\circ}$ 1647





	. RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL B 1 4G . RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL B 1 4G	UND	10	COLTENE	<mark>19,56</mark>	782,40 195,60
71	Dentina POTOPOLINIERIZAVEL B 1 4G	UND	08	COLTENE	<mark>19,56</mark>	156,48
72	. RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL B 2 4G	UND	10	COLTENE	<mark>19,56</mark>	195,60
73	. RESTAURADOR PROVISÓRIO LIQUIDO 20ML	UND	18	SSWHITE	<mark>25,35</mark>	456,30
74	. RESTAURADOR PROVISÓRIO PÓ 50G	UND	18	SSWHITE	<mark>29,06</mark>	523,08
75	. REVELADOR DE PLACA, VIDRO COM 60 PASTILHAS	UND	36	BIODINAMICA	<mark>14,30</mark>	514,80
76	. SELANTE DENTAL, FRASCO COM 5ML	UND	10	BIODINAMICA	<mark>27,30</mark>	273,00
77	. SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9%, FRASCO COM 100 ML	UND	200	JP	2,25	450,00
78	. SUGADOR DESCARTÁVEL, PACOTE COM 40 UNIDADES	UND	160	SSPLUS	<mark>6,40</mark>	1.024,00
79	. TAÇA DE BORRACHA PARA POLIMENTO - PACOTE COM 10 UNIDADES	UND	12	MICRODONT	1,82	21,84
80	. TIRA DE LIXA DE AÇO 6MM, PACOTE DÚZIA	UND	15	MICRODONT	11,05	165,75
81	ACABAMENTO DENTAL 170X4MM COM		40	A 44 6 D G G G A 4 T		200 51
	150 UNIDADES	UND	12	MICRODONT	17,47	209,64



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3DD3-7B27-32FC-3D39 ou vá até o site https://portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3DD3-7B27-32FC-3D39



Hash do Documento

AEE126DF0C4DEC6955D58D2A1ABCBCB5269E209271BD471590C3B1B8C411C2D5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/09/2019 é(são) :

Ronni Donato Araujo - 777.275.095-15 em 12/09/2019 15:23 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - PROCEDE BAHIA PROCESSAMENTO

E CERTIFICACAO DE DOC - 18.195.422/0001-25